

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	10
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	20
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	21
Demonstração do Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
--------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	98
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	99
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	100
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	101

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	197.461
Preferenciais	183.792
Total	381.253
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2011	Dividendo	17/05/2011	Ordinária		0,51188
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2011	Dividendo	17/05/2011	Preferencial		0,56307
Reunião do Conselho de Administração	12/05/2011	Dividendo	26/05/2011	Ordinária		0,53123
Reunião do Conselho de Administração	12/05/2011	Dividendo	26/05/2011	Preferencial		0,58435
Reunião do Conselho de Administração	11/08/2011	Dividendo	22/09/2011	Ordinária		0,44907
Reunião do Conselho de Administração	11/08/2011	Dividendo	22/09/2011	Preferencial		0,49397

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	4.139.975	4.208.448
1.01	Ativo Circulante	735.903	789.417
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	20.759	402
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	20.759	402
1.01.02	Aplicações Financeiras	359.330	560.932
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	359.330	560.932
1.01.02.01.03	Investimentos de Curto Prazo	359.330	560.932
1.01.03	Contas a Receber	255.997	201.405
1.01.03.01	Clientes	22.410	20.220
1.01.03.01.01	Revendedores	22.410	20.220
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	233.587	181.185
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Partes Relacionadas	233.587	181.185
1.01.06	Tributos a Recuperar	62.591	15.496
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	62.591	15.496
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e contribuição Social Compensáveis	59.765	12.420
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	2.826	3.076
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	37.226	11.182
1.01.08.03	Outros	37.226	11.182
1.02	Ativo Não Circulante	3.404.072	3.419.031
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	204.840	212.540
1.02.01.06	Tributos Diferidos	27.150	25.731
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	27.150	25.731
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	177.690	186.809
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	64.762	62.323
1.02.01.09.04	Tributos a Recuperar	112.124	120.263
1.02.01.09.05	Outros	804	4.223
1.02.02	Investimentos	21.407	18.797
1.02.02.01	Participações Societárias	21.407	18.797
1.02.03	Imobilizado	3.127.682	3.135.997
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.127.682	3.135.997
1.02.03.01.01	Imobilizado - Custo Líquido da Depreciação	3.127.682	3.135.997
1.02.04	Intangível	50.143	51.697
1.02.04.01	Intangíveis	50.143	51.697

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	4.139.975	4.208.448
2.01	Passivo Circulante	510.788	546.128
2.01.02	Fornecedores	74.090	125.168
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	74.090	125.168
2.01.03	Obrigações Fiscais	329.212	316.400
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	328.966	316.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	321.164	309.070
2.01.03.01.02	Outros Tributos Federais	7.802	6.930
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	49	99
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	197	301
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	57.822	25.955
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	-981	159
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	-981	159
2.01.04.02	Debêntures	58.803	25.796
2.01.04.02.01	Encargos de Dívida	58.803	25.796
2.01.05	Outras Obrigações	29.877	51.720
2.01.05.02	Outros	29.877	51.720
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.489	28.924
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	26.388	22.796
2.01.06	Provisões	19.787	26.885
2.01.06.02	Outras Provisões	19.787	26.885
2.01.06.02.04	Provisão para Litígios	1.546	3.548
2.01.06.02.05	Provisão para Pesquisa e Desenvolvimento	18.241	23.337
2.02	Passivo Não Circulante	1.662.168	1.681.316
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	898.160	896.116
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	255	231
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	255	231
2.02.01.02	Debêntures	897.905	895.885
2.02.02	Outras Obrigações	649	595
2.02.02.02	Outros	649	595
2.02.02.02.03	Outras Obrigações	649	595
2.02.03	Tributos Diferidos	654.045	681.076
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	654.045	681.076
2.02.04	Provisões	109.314	103.529
2.02.04.02	Outras Provisões	109.314	103.529
2.02.04.02.04	Provisão para Litígios	104.221	95.420
2.02.04.02.05	Provisão para Pesquisa e Desenvolvimento	5.093	8.109
2.03	Patrimônio Líquido	1.967.019	1.981.004
2.03.01	Capital Social Realizado	207.227	207.227
2.03.02	Reservas de Capital	253.546	253.450
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	232.546	232.547
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio	17.614	17.613
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	2.204	2.204
2.03.02.09	Ações e Opções de Ações Outorgadas	1.182	1.086
2.03.04	Reservas de Lucros	41.446	246.009
2.03.04.01	Reserva Legal	41.446	41.446

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	204.563
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	247.231	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	1.217.569	1.274.318
2.03.08.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.217.569	1.274.318

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	517.190	1.338.703	469.468	1.328.370
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-153.086	-415.797	-145.752	-421.808
3.02.01	Pessoal	-18.591	-52.776	-17.208	-51.057
3.02.02	Material	-1.402	-3.236	-1.761	-3.677
3.02.03	Serviço de terceiros	-20.180	-46.699	-16.492	-46.016
3.02.04	Compensação financeira para utilização de recursos hídricos	-14.596	-46.655	-14.366	-48.525
3.02.05	Energia elétrica comprada para revenda	-27.443	-62.487	-33.600	-55.252
3.02.06	Encargos de conexão de energia	-727	-2.053	-663	-1.100
3.02.07	Encargos de transmissão	-25.055	-70.030	-22.186	-68.510
3.02.08	Depreciação e amortização	-40.711	-122.023	-40.738	-127.334
3.02.09	Provisões operacionais	55	1.229	6.260	-9.738
3.02.10	Seguros	-1.809	-5.144	-1.336	-4.471
3.02.11	Outros	-2.627	-5.923	-3.662	-6.128
3.03	Resultado Bruto	364.104	922.906	323.716	906.562
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	339	2.610	-788	519
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	339	2.610	-788	519
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	364.443	925.516	322.928	907.081
3.06	Resultado Financeiro	-18.288	-42.776	-21.017	-42.317
3.06.01	Receitas Financeiras	12.410	41.042	17.306	69.985
3.06.02	Despesas Financeiras	-30.698	-83.818	-38.323	-112.302
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-24.848	-73.443	-32.909	-82.221
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	-5.850	-10.375	-5.414	-30.081
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	346.155	882.740	301.911	864.764
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-117.786	-300.498	-102.997	-294.651
3.08.01	Corrente	-126.067	-320.809	-110.938	-316.513
3.08.02	Diferido	8.281	20.311	7.941	21.862
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	228.369	582.242	198.914	570.113
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	228.369	582.242	198.914	570.113

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,57145	1,45694	0,49774	1,42660
3.99.01.02	PN	0,62859	1,60264	0,54752	1,56925
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,55630	1,41834	0,48455	1,38879
3.99.02.02	PN	0,61194	1,56017	0,53301	1,52767

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	228.369	582.242	198.914	570.113
4.03	Resultado Abrangente do Período	228.369	582.242	198.914	570.113

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	569.465	650.679
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	696.953	732.560
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	582.242	570.112
6.01.01.02	Depreciação e amortização	122.023	127.334
6.01.01.03	Variação monetária	0	33.429
6.01.01.04	Tributos e contribuições sociais diferidos	-20.311	-21.862
6.01.01.05	Provisão para litígios e respectiva atualização	6.799	19.117
6.01.01.06	Resultado da equivalência patrimonial	-2.610	-519
6.01.01.07	Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	-27.234	-36.192
6.01.01.09	Ações e opções de ações outorgadas	96	134
6.01.01.10	Desativação de bens e direitos	0	1.827
6.01.01.11	Despesa de juros (encargos de dívida)	87.015	75.413
6.01.01.12	Juros pagos (encargos de dívida)	-53.075	-36.233
6.01.01.13	Realização do Uso do Bem Público	2.008	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-127.488	-81.881
6.01.02.01	Revendedores	-2.190	-1.616
6.01.02.02	Contas a receber partes relacionadas	-52.402	-14.889
6.01.02.03	Tributos e contribuições sociais compensáveis	-47.359	-44.104
6.01.02.04	Cauções e depósitos vinculados e outros créditos	-2.439	-1.634
6.01.02.05	Outros créditos	-23.566	-26.318
6.01.02.06	Fornecedores	-51.078	-34.742
6.01.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social	12.093	0
6.01.02.08	Pesquisa e desenvolvimento	-8.113	7.761
6.01.02.09	Almoxarifado	0	166
6.01.02.10	Outras contas a pagar	3.648	6.110
6.01.02.12	Outros Tributos Compensáveis	265	0
6.01.02.13	Outros Tributos a pagar	717	-6.465
6.01.02.14	Juros Recebidos sobre Aplicações Financeiras	42.936	33.850
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	72.822	-6.033
6.02.01	Aquisições do ativo imobilizado/intangível	-118.518	-53.449
6.02.02	Aplicações em investimento de curto prazo	-892.687	-1.824.076
6.02.03	Resgate de investimento de curto prazo	1.084.027	1.871.492
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-621.930	-651.285
6.03.01	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos	-621.757	-555.122
6.03.02	Pagamento de empréstimos	-173	-998.390
6.03.03	Captação por debêntures líquida dos gastos de captação	0	902.227
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	20.357	-6.639
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	402	7.423
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	20.759	784

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	207.227	253.450	246.009	0	1.274.318	1.981.004
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	253.450	246.009	0	1.274.318	1.981.004
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	96	-204.563	-391.760	0	-596.227
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	96	0	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	0	0	0	96
5.04.08	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-204.563	0	0	-204.563
5.04.09	Distribuição de Dividendos Intermediários- RCA 12/05/2011	0	0	0	-212.297	0	-391.760
5.04.10	Distribuição de Dividendos Intermediários- RCA 11/08/2011	0	0	0	-179.463	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	638.991	-56.749	582.242
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	582.242	0	582.242
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	56.749	-56.749	0
5.05.02.06	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	56.749	-56.749	0
5.07	Saldos Finais	207.227	253.546	41.446	247.231	1.217.569	1.967.019

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	207.227	253.282	199.767	0	1.355.736	2.016.012
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	253.282	199.767	0	1.355.736	2.016.012
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	134	-158.321	-366.515	0	-524.702
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	134	0	0	0	134
5.04.06	Dividendos	0	0	-158.321	-127.682	0	-286.003
5.04.08	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	0	-238.833	0	-238.833
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	631.798	-62.046	569.752
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	570.113	0	570.113
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	61.685	-62.046	-361
5.05.02.06	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	61.685	-62.046	-361
5.07	Saldos Finais	207.227	253.416	41.446	265.283	1.293.690	2.061.062

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	1.408.156	1.396.700
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.408.067	1.396.575
7.01.02	Outras Receitas	89	125
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-259.856	-260.045
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-49.935	-49.693
7.02.04	Outros	-209.921	-210.352
7.02.04.01	Custo de energia comprada e transmissão	-140.359	-128.734
7.02.04.02	Compensação financeira para utilização de recursos hídricos	-46.655	-48.525
7.02.04.03	Outros custos	-22.907	-33.093
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.148.300	1.136.655
7.04	Retenções	-122.023	-127.334
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-122.023	-127.334
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.026.277	1.009.321
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	46.802	87.972
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.610	519
7.06.02	Receitas Financeiras	44.192	87.453
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.073.079	1.097.293
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.073.079	1.097.293
7.08.01	Pessoal	45.260	44.926
7.08.01.01	Remuneração Direta	29.928	31.688
7.08.01.02	Benefícios	8.408	5.652
7.08.01.04	Outros	6.924	7.586
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	358.201	351.830
7.08.02.01	Federais	358.201	351.830
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	87.376	130.424
7.08.03.01	Juros	0	129.767
7.08.03.02	Aluguéis	408	657
7.08.03.03	Outras	86.968	0
7.08.03.03.01	Juros, Variações Monetárias e Outras Despesas Financeiras	86.968	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	582.242	570.113
7.08.04.02	Dividendos	391.760	411.184
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	190.482	158.929

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	4.142.358	4.210.730
1.01	Ativo Circulante	744.656	795.505
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	20.814	480
1.01.02	Aplicações Financeiras	366.501	564.632
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	366.501	564.632
1.01.02.01.03	Investimentos de Curto Prazo	366.501	564.632
1.01.03	Contas a Receber	256.503	202.045
1.01.03.01	Clientes	22.916	20.860
1.01.03.01.01	Revendedores	22.916	20.860
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	233.587	181.185
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Partes Relacionadas	233.587	181.185
1.01.06	Tributos a Recuperar	62.714	15.662
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	62.714	15.662
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuições Sociais Compensáveis	59.889	12.586
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	2.825	3.076
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	38.124	12.686
1.01.08.03	Outros	38.124	12.686
1.01.08.03.01	Outros Ativos	38.124	12.686
1.02	Ativo Não Circulante	3.397.702	3.415.225
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	206.538	213.919
1.02.01.06	Tributos Diferidos	27.150	25.731
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	27.150	25.731
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	179.388	188.188
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	66.460	63.702
1.02.01.09.04	Tributos a Recuperar	112.124	120.263
1.02.01.09.05	Outros	804	4.223
1.02.03	Imobilizado	3.140.989	3.149.592
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.140.989	3.149.592
1.02.03.01.01	Imobilizado - Custo Líquido da Depreciação	3.140.989	3.149.592
1.02.04	Intangível	50.175	51.714
1.02.04.01	Intangíveis	50.175	51.714

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	4.142.358	4.210.730
2.01	Passivo Circulante	513.166	548.095
2.01.02	Fornecedores	74.445	125.525
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	74.445	125.525
2.01.03	Obrigações Fiscais	329.371	316.547
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	329.124	316.146
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	321.292	309.177
2.01.03.01.02	Outros Tributos Federais	7.832	6.969
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	49	100
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	198	301
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	57.822	25.955
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	-981	159
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	-981	159
2.01.04.02	Debêntures	58.803	25.796
2.01.04.02.01	Encargos de Dívida	58.803	25.796
2.01.05	Outras Obrigações	29.944	51.783
2.01.05.02	Outros	29.944	51.783
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.489	28.924
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	26.455	22.859
2.01.06	Provisões	21.584	28.285
2.01.06.02	Outras Provisões	21.584	28.285
2.01.06.02.04	Provisão para Litígios	3.343	4.948
2.01.06.02.05	Provisão para pesquisa e desenvolvimento	18.241	23.337
2.02	Passivo Não Circulante	1.662.173	1.681.631
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	898.160	896.116
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	255	231
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	255	231
2.02.01.02	Debêntures	897.905	895.885
2.02.02	Outras Obrigações	654	600
2.02.02.02	Outros	654	600
2.02.02.02.03	Outras Obrigações	654	600
2.02.03	Tributos Diferidos	654.045	681.076
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	654.045	681.076
2.02.04	Provisões	109.314	103.839
2.02.04.02	Outras Provisões	109.314	103.839
2.02.04.02.04	Provisão para Litígios	104.221	95.730
2.02.04.02.05	Provisão para Pesquisa e Desenvolvimento	5.093	8.109
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.967.019	1.981.004
2.03.01	Capital Social Realizado	207.227	207.227
2.03.02	Reservas de Capital	253.546	253.450
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	232.547	232.547
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio	17.613	17.613
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	2.204	2.204
2.03.02.09	Ações e Opções de Ações Outorgadas	1.182	1.086
2.03.04	Reservas de Lucros	41.446	246.009
2.03.04.01	Reserva Legal	41.446	41.446

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	204.563
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	247.231	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	1.217.569	1.274.318
2.03.08.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.217.569	1.274.318

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	518.625	1.344.132	471.172	1.333.591
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-154.316	-418.779	-148.267	-426.472
3.02.01	Pessoal	-18.767	-53.201	-17.558	-51.769
3.02.02	Material	-1.451	-3.343	-1.812	-3.856
3.02.03	Serviço de terceiros	-20.962	-48.439	-17.008	-47.550
3.02.04	Compensação financeira para utilização de recursos hídricos	-14.596	-46.655	-14.366	-48.525
3.02.05	Energia elétrica comprada para revenda	-27.473	-62.681	-33.762	-55.444
3.02.06	Encargos de conexão de energia	-727	-2.053	-663	-1.100
3.02.07	Encargos de transmissão	-25.074	-70.077	-22.200	-68.550
3.02.08	Depreciação e amortização	-40.821	-122.347	-40.848	-127.631
3.02.09	Provisões operacionais	5	1.142	4.982	-11.379
3.02.10	Seguros	-1.817	-5.169	-1.344	-4.493
3.02.11	Outros	-2.633	-5.956	-3.688	-6.175
3.03	Resultado Bruto	364.309	925.353	322.905	907.119
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	364.309	925.353	322.905	907.119
3.06	Resultado Financeiro	-18.027	-42.247	-20.909	-42.119
3.06.01	Receitas Financeiras	12.644	41.605	17.415	70.191
3.06.01.01	Receita Financeira	12.644	41.605	17.415	70.191
3.06.02	Despesas Financeiras	-30.671	-83.852	-38.324	-112.310
3.06.02.01	Despesa Financeira	-24.851	-73.558	-32.910	-82.229
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	-5.820	-10.294	-5.414	-30.081
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	346.282	883.106	301.996	865.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-117.913	-300.864	-103.082	-294.887
3.08.01	Corrente	-126.194	-321.175	-111.023	-316.749
3.08.02	Diferido	8.281	20.311	7.941	21.862
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	228.369	582.242	198.914	570.113
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	228.369	582.242	198.914	570.113
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	228.369	582.242	198.914	570.113

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,57145	1,45694	0,49774	1,42660
3.99.01.02	PN	0,62859	1,60264	0,54752	1,56925
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,55630	1,41834	0,48455	1,38879
3.99.02.02	PN	0,61194	1,56017	0,53301	1,52767

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	228.369	582.242	198.914	570.113
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	228.369	582.242	198.914	570.113
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	228.369	582.242	198.914	570.113

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	572.095	653.217
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	699.832	735.122
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	582.242	570.113
6.01.01.02	Depreciação e amortização	122.347	127.632
6.01.01.03	Variação monetária	0	33.429
6.01.01.04	Tributos e contribuições sociais diferidos	-20.311	-21.862
6.01.01.05	Provisão para litígios e respectiva atualização	6.968	20.996
6.01.01.07	Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	-27.458	-36.445
6.01.01.09	Ações e opções de ações outorgadas	96	134
6.01.01.10	Desativação de bens e direitos	0	1.945
6.01.01.11	Despesa de juros (encargos de dívida)	87.015	75.413
6.01.01.12	Juros pagos (encargos de dívida)	-53.075	-36.233
6.01.01.13	Realização do Uso do Bem Público	2.008	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-127.737	-81.905
6.01.02.01	Revendedores	-2.056	-1.663
6.01.02.02	Contas a receber partes relacionadas	-52.402	-14.889
6.01.02.03	Tributos e contribuições sociais compensáveis	-47.393	0
6.01.02.04	Cauções e depósitos vinculados e outros créditos	-2.762	-1.634
6.01.02.05	Outros créditos	-23.601	-26.254
6.01.02.06	Fornecedores	-51.081	-34.696
6.01.02.07	Imposto de renda e contribuições sociais	12.112	0
6.01.02.09	Pesquisa e desenvolvimento	-8.113	7.761
6.01.02.10	Almoxarifado	0	166
6.01.02.11	Outras contas a pagar	3.573	5.844
6.01.02.12	Outros Tributos Compensáveis	341	-44.104
6.01.02.13	Outros Tributos a Pagar	709	-6.445
6.01.02.14	Juros Recebidos sobre Aplicações Financeiras	42.936	34.009
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	70.169	-8.358
6.02.01	Aquisições do ativo imobilizado/intangível	-118.569	-54.065
6.02.02	Aplicações em investimento de curto prazo	-899.007	-1.829.837
6.02.03	Resgate de investimento de curto prazo	1.087.745	1.875.544
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-621.930	-651.285
6.03.01	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos	-621.757	-555.122
6.03.02	Pagamento de empréstimos	-173	-998.390
6.03.03	Captação por debêntures líquida dos gastos de captação	0	902.227
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	20.334	-6.426
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	480	7.472
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	20.814	1.046

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	207.227	253.450	246.009	0	1.274.318	1.981.004	0	1.981.004
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	253.450	246.009	0	1.274.318	1.981.004	0	1.981.004
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	96	-204.563	-391.760	0	-596.227	0	-596.227
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	96	0	0	0	96	0	96
5.04.08	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-204.563	0	0	-204.563	0	-204.563
5.04.09	Distribuição de Dividendos Intermediários-RCA 12/05/2011	0	0	0	-212.297	0	-391.760	0	-391.760
5.04.10	Distribuição de Dividendos Intermediários-RCA 11/08/2011	0	0	0	-179.463	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	638.991	-56.749	582.242	0	582.242
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	582.242	0	582.242	0	582.242
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	56.749	-56.749	0	0	0
5.05.02.06	Realização do Ajuste Avaliação Patrimonial	0	0	0	56.749	-56.749	0	0	0
5.07	Saldos Finais	207.227	253.546	41.446	247.231	1.217.569	1.967.019	0	1.967.019

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	207.227	253.282	199.767	0	1.355.736	2.016.012	0	2.016.012
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	253.282	199.767	0	1.355.736	2.016.012	0	2.016.012
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	134	-158.321	-366.515	0	-524.702	0	-524.702
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	134	0	0	0	134	0	134
5.04.06	Dividendos	0	0	-158.321	-127.682	0	-286.003	0	-286.003
5.04.08	Pagamentos de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	0	-238.833	0	-238.833	0	-238.833
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	631.798	-62.046	569.752	0	569.752
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	570.113	0	570.113	0	570.113
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	61.685	-62.046	-361	0	-361
5.05.02.06	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	61.685	-62.046	-361	0	-361
5.07	Saldos Finais	207.227	253.416	41.446	265.283	1.293.690	2.061.062	0	2.061.062

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	1.413.790	1.402.119
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.413.701	1.401.994
7.01.02	Outras Receitas	89	125
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-262.087	-263.696
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-51.782	-51.407
7.02.04	Outros	-210.305	-212.289
7.02.04.01	Custo de energia comprada e transmissão	-140.601	-128.966
7.02.04.02	Compensação financeira para utilização de recursos hídricos	-46.655	-48.525
7.02.04.03	Outros custos	-23.049	-34.798
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.151.703	1.138.423
7.04	Retenções	-122.347	-127.631
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-122.347	-127.631
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.029.356	1.010.792
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	44.836	87.659
7.06.02	Receitas Financeiras	44.836	87.659
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.074.192	1.098.451
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.074.192	1.098.451
7.08.01	Pessoal	45.651	45.583
7.08.01.01	Remuneração Direta	30.235	32.204
7.08.01.02	Benefícios	8.419	5.671
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.997	0
7.08.01.04	Outros	0	7.708
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	358.808	352.320
7.08.02.01	Federais	358.808	352.320
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	87.491	130.435
7.08.03.01	Juros	0	129.778
7.08.03.02	Aluguéis	408	657
7.08.03.03	Outras	87.083	0
7.08.03.03.01	Juros, Variações Monetárias e Outras Despesas Financeiras	87.083	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	582.242	570.113
7.08.04.02	Dividendos	391.760	411.184
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	190.482	158.929

Comentário do Desempenho

Comentário do desempenho da AES Tietê

O lucro líquido para o período findo em 30 de setembro de 2011 apresentou um aumento de R\$ 12,1 milhões (R\$ 582,2 milhões em 30.09.2011 e R\$ 570,1 milhões em 30.09.2010) ou 2% superior em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente aos seguintes fatores:

- Aumento de R\$ 10,5 milhões ou 1% da receita operacional líquida, devido ao maior volume vendido para outros contratos bilaterais, aumento no preço médio de venda para a AES Eletropaulo (R\$ 164,86/ MWh em 30 de setembro de 2011 versus R\$ 154,59/ MWh em 30 de setembro de 2010); parcialmente compensados pelo menor volume de energia vendida para a AES Eletropaulo no período.
- Decréscimo de R\$ 7,7 milhões dos custos e despesas operacionais principalmente relacionados à redução no valor de provisão de contingências registrado (eventos não recorrentes registrados no ano de 2010 referentes à provisão de contingência de IRPJ e CSLL; e a provisão relativa à discussão judicial entre AES Sul, Aneel e algumas empresas do setor elétrico sobre o despacho no. 288/02), parcialmente compensados pelo aumento no montante de energia comprada para revenda.
- O resultado financeiro manteve-se no mesmo patamar.
 - As receitas financeiras sofreram uma queda quando comparadas com o mesmo período do ano anterior basicamente pelo reconhecimento, no 1T10, do ganho de R\$ 27,7 milhões, referente à parcela de juros e multas do valor total recebido por conta da decisão favorável à Companhia na discussão judicial com Furnas (efeito não-recorrente).
 - As despesas financeiras e variações monetárias reduziram no período demonstrando o efeito positivo da substituição da dívida com a Eletrobrás pelas debêntures. Este item foi parcialmente compensado por um efeito não-recorrente registrado no 1T10 que elevou a base de comparação: o recebimento de R\$ 14,9 milhões referente à correção monetária do valor histórico envolvido no processo judicial entre a AES Tietê e Furnas.
- Aumento no imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do período no montante de R\$ 6,0 milhões ou 2% devido a elevação do lucro tributável do período conforme descrito nos itens anteriores.

Notas Explicativas

1. Informações Gerais

A AES Tietê S.A. (Companhia ou Tietê), companhia de capital aberto, com sede na Rua Lourenço Marques, 158, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, controlada diretamente pela Companhia Brasileira de Energia (Brasileira) e indiretamente pela The AES Corporation (AES Corp.), está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. O contrato de concessão da Companhia, assinado em 20 de dezembro de 1999, tem prazo de 30 (trinta) anos.

A Companhia é controladora da AES Minas PCH Ltda. (AES Minas), uma empresa operacional que detém a concessão para operação de pequenas centrais hidrelétricas, e da AES Rio PCH Ltda. (AES Rio), que foi constituída para construir e operar o projeto Piabanha (três pequenas centrais hidrelétricas localizadas no Estado de Rio de Janeiro: Posse, Monte Alegre e São Sebastião). Em reunião realizada em 11 de março de 2010, o Conselho de Administração da AES Tietê aprovou a descontinuidade dos investimentos associados às PCHs de Piabanha.

O parque gerador da Tietê está composto pelas seguintes usinas:

Usina	Ano de conclusão	Quantidade de turbinas	Capacidade instalada MW (*)	Garantia física MW (*)
Mogi-Guaçu	1994	2	7	4
Limoeiro	1958	2	32	15
Caconde	1966	2	80	33
Euclides da Cunha	1960	4	109	49
Ibitinga	1969	3	132	74
Barra Bonita	1964	4	141	45
Bariri	1969	3	143	66
Promissão	1977	3	264	104
Nova Avanhandava	1985	3	347	139
Água Vermelha	1979	6	1.396	746
São Joaquim	2011	1	3	1
Total		33	2.654	1.276

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

Contrato Bilateral com a Eletropaulo

A partir de 2006, a Companhia está vendendo para sua coligada Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo) 1.268 MW médios ou quase a totalidade de sua garantia física.

O contrato firmado com a Eletropaulo tem sua vigência até 31 de dezembro de 2015 e determina que o preço de venda da energia seja atualizado anualmente pela variação do IGPM. Em outubro de 2003, a Companhia e a Eletropaulo assinaram um aditivo a esse contrato, prorrogando sua data de vencimento para junho de 2028, esse aditivo foi submetido à ANEEL, que, através do Despacho nº 1.060/2005, não aprovou os termos do mencionado aditivo.

Em 2005, a Eletropaulo apresentou pedido de reconsideração e recurso administrativo perante a ANEEL, o qual manteve seu entendimento quanto a não aprovação ao aditivo contratual. Uma vez exaurida a esfera administrativa, em 28 de outubro de 2005, a Eletropaulo propôs medida judicial contra a ANEEL visando à revogação do Despacho no. 1.060/2005 e consequente aprovação do aditivo.

Em 5 de agosto de 2010, a Eletropaulo comunicou sua desistência da ação judicial e com isso o contrato de venda de energia firmado entre as companhias se encerrará em 31 de dezembro de 2015.

Diante do comunicado da Eletropaulo, em 6 de agosto de 2010, o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela não propositura de ação judicial autônoma contra a ANEEL, uma vez que as chances de obtenção de uma medida liminar, ou mesmo de uma decisão definitiva antes de 2015 seriam remotas.

Sendo assim, a Companhia vem implementando sua estratégia comercial, de modo a capturar as melhores oportunidades de negócio para a comercialização de sua energia. A regulamentação vigente permite à Companhia alocar sua energia no Mercado Regulado, através de leilões de energia existente, ou no Mercado Livre, através de contratos bilaterais livremente negociados com clientes livres ou comercializadoras de energia ao longo dos próximos anos.

Notas Explicativas

Obrigação de Expansão

O Edital de Privatização previa a obrigação da Companhia Tietê para expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em, no mínimo, 15% (quinze por cento) no período de oito anos contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrida em 20 de dezembro de 1999. O Edital também previa que esta expansão deveria ser realizada por meio da implantação de novos empreendimentos no Estado de São Paulo ou através da contratação de energia de terceiros, proveniente de novos empreendimentos construídos no Estado de São Paulo, por prazo superior a cinco anos e respeitando as restrições regulamentares.

De forma a cumprir com tal obrigação, a Companhia, logo após seu leilão de privatização, envidou esforços sob o antigo modelo do setor elétrico para ampliar seu parque gerador em 15% (quinze por cento). Esses esforços foram realizados por meio de 2 (dois) grandes projetos termelétricos.

Entretanto, a partir de 2004, sobrevieram profundas mudanças no ambiente regulatório do setor elétrico brasileiro que tornaram o cumprimento da obrigação de expansão acima referida inviável. Tais mudanças, somadas a outros motivos alheios à vontade da Companhia, tais como as condições de fornecimento de gás natural, insuficiência de recursos hídricos e ações judiciais propostas pelo Ministério Público Estadual, impossibilitaram a continuidade desses projetos.

Desde então, a Companhia vem diligenciando junto à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, com o objetivo de rever a obrigação de expansão para readequá-la à nova realidade setorial/regulamentar.

Em 12 de agosto de 2011, foi distribuída Ação pelo Estado de São Paulo visando compelir a Companhia a cumprir com a obrigação de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em no mínimo 15% (quinze por cento) ou a pagar indenização por perdas e danos. Pela primeira instância foi concedida liminar determinando que a Companhia apresentasse, em até 60 dias o seu plano para atendimento da obrigação de fazer compreendendo todos os aspectos necessários à sua plena consecução, sob pena de multa diária.

Em 06 de setembro de 2011 a Tietê foi citada na ação e cientificada oficialmente a respeito da liminar concedida. Em 11 de outubro a Companhia foi intimada da decisão dos embargos de declaração, devendo observar o já referido prazo de 60 dias, contados a partir dessa data – que se encerra em 12 de dezembro de 2011. A Companhia Tietê apresentou em outubro de 2011 sua defesa bem como recurso contra a decisão que concedeu a liminar notificada. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, as chances de perda da ação ainda estão sob avaliação. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração ou desembolsar valores, os quais, em razão da atual situação do processo, não são passíveis de quantificação.

Notas Explicativas

Visando cumprir com a Obrigação de Expansão, a Companhia estuda a viabilidade de implantação de uma termoelétrica a gás natural, com capacidade de geração de aproximadamente 550 MW*. Em relação à usina termelétrica, foi definida, em novembro de 2009, a localização da planta, e em março de 2010, foi iniciado o processo de licenciamento ambiental na Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB. O Conselho Estadual do Meio Ambiente de São Paulo aprovou em 11 de outubro de 2011, a licença prévia para o a termelétrica.

Adicionalmente, contribuirão, também, para o cumprimento de tal obrigação, os projetos de 7 MW* de geração hidrelétrica nas PCHs de São Joaquim e São José. No dia 20 de julho de 2011, entrou em operação a PCH São Joaquim, com 3 MW de capacidade instalada. A PCH São José está prevista para iniciar a sua operação comercial em 2012.

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

2. Base de Preparação e Apresentação das Informações

A administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das Informações Trimestrais (“ITR”) em 31 de outubro de 2011.

2.1 Declaração de Conformidade

As ITR (“informações contábeis”) da Companhia, para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 compreendem:

- a) as informações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pela *International Accounting Standards Board* – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil estão identificadas como “Consolidado”.
- b) As informações contábeis individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil estão identificadas como “Controladora” ou “Individuais”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas complementares emitidas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 30 de setembro de 2011. As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, bem como, pelo ativo imobilizado que foi avaliado pelo seu valor atribuído, na data de transição em janeiro de 2009.

As informações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente no Brasil. Desta forma, essas informações contábeis individuais não estão de acordo com os IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas informações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Notas Explicativas

2.2 Base de preparação e apresentação

As informações contábeis do trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e com as normas internacionais de contabilidade vigentes naquela data, os quais não diferem daqueles utilizados na elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010.

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Devido ao uso de arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Os dados não financeiros incluídos nessas informações contábeis tais como capacidades de geração de energia elétrica, volumes de energia elétrica gerada, volume de energia vendida, seguros e meio ambiente, não foram revisados pelos auditores independentes.

2.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

2.3.1 Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.3.2 Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas utilizando a moeda funcional da entidade, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio na data-base das informações contábeis. Itens não monetários em moeda estrangeira reconhecidos pelo seu valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

Notas Explicativas

2.4 Critérios de consolidação

As informações contábeis consolidadas incluem as seguintes controladas:

Descrição	Atividade	Participação	
		30.09.2011	31.12.2010
Controladas diretas:			
AES Minas PCH Ltda. ("Minas PCH")	Geração	99,99%	99,99%
AES Rio PCH Ltda. ("Rio PCH")	Geração	99,99%	99,99%

Todos os saldos e transações entre as empresas consolidadas são eliminados na consolidação. As principais eliminações são:

- Saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controladas, assim como as receitas e despesas das suas transações.
- Participação no capital social e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

O exercício social das controladas, incluídas na consolidação, coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidos entre as partes.

Considerando a irrelevância da participação de não-controladores, não foram apresentadas as informações relativas às participações dos acionistas não controladores.

Notas Explicativas

3. Sumário das Práticas Contábeis

3.1 Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto, quando fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros para obtenção de lucro no curto prazo ou quando são derivativos. Esses ativos são avaliados subsequentemente pelo seu valor justo com impacto no resultado no período.
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento – são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimento definido para os quais a Companhia tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros.
- Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis – são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não estão cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Ativos financeiros disponíveis para venda – são ativos financeiros não derivativos e que não são classificados como empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo seu valor justo através do patrimônio líquido.

Notas Explicativas

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo.

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, contratados nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. No período findo em 30 de setembro de 2011, não houve nenhuma alteração relevante no valor justo reconhecida no patrimônio líquido. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização. Normalmente, os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou inferior a três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aquelos investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica Investimentos de curto prazo.

3.1.2 Revendedores e outras contas a receber

A Companhia e suas controladas classificam os saldos de revendedores e outras contas a receber como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

Notas Explicativas

3.1.2.1 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela Companhia e suas controladas é o de efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento.

3.1.3 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.1.4 Baixa de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas baixam seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia e suas controladas mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas informações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.2 Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial, conforme CPC18 – Investimento em controlada e coligada, – para fins de informações contábeis da controladora.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo adicionado ou deduzido de sua participação sobre as mudanças ocorridas no patrimônio líquido após a aquisição da participação societária na coligada ou controlada.

A participação societária no lucro ou prejuízo da controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando a parcela do lucro líquido atribuível à controladora.

As informações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Notas Explicativas

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda sobre o valor recuperável sobre o investimento nas controladas. A Companhia avalia, em bases anuais, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram redução em seu valor recuperável. Se houver alguma evidência, a Companhia calcula o montante da redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil registrado, sendo o valor dessa redução reconhecido na demonstração do resultado da controladora.

3.3 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado da Companhia foram avaliados ao custo atribuído (“*deemed cost*”) na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, em 1º de janeiro de 2009, deduzidos das respectivas depreciações, à exceção de terrenos que não são depreciados.

A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL nº. 367, de 02 de junho de 2009 e os preceitos do laudo de avaliação do custo atribuído dos ativos imobilizados preparado por empresa especializada. A vida útil dos bens foi revista em conjunto com a valorização dos ativos ao seu custo atribuído.

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente, sendo que a taxa anual de 3,8% para edificações, obras civis e benfeitorias e 4,4% para máquinas e equipamentos. Esta taxa de depreciação leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens na data base de 30 de setembro de 2011.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Notas Explicativas

Critérios para a determinação do Custo Atribuído (“Deemed Cost”)

Com base na isenção estabelecida pelo CPC 37 - *Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade* e nas diretrizes estabelecidas na ICPC 10 - *Esclarecimentos Sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado* e CPC 28 - *Propriedade para Investimento*, a Companhia contratou uma empresa de consultoria especializada para proceder a avaliação do valor justo dos seus ativos e revisão das vidas úteis, na data-base 31 de dezembro de 2008. A avaliação patrimonial compreendeu a inspeção física e a mensuração dos ativos, de acordo com normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, a qual disciplina conceitos, estabelece os critérios a serem empregados em trabalhos de avaliação patrimonial, define os métodos para determinação dos valores e visa os graus de fundamentação e precisão das avaliações, entre outras prescrições. O escopo da avaliação patrimonial compreendeu todos os ativos relacionados às seguintes Usinas Hidroelétricas: Água Vermelha; Bariri; Barra Bonita; Caconde; Euclides da Cunha; Ibitinga; Limoeiro; Mogi Guaçu; Nova Avanhandava; e Promissão.

O laudo de avaliação foi elaborado considerando o conceito de valor justo dos ativos, incorporando também premissas de avaliação estabelecidas pelo Órgão Regulador, ANEEL, visto que os ativos são vinculados à concessão de geração de energia e, conforme estabelecido no contrato de concessão, são reversíveis à União, mediante indenização. As premissas utilizadas na elaboração do laudo são como segue:

- Terrenos e reservatórios: atualização do custo contábil mediante a aplicação de índice econômico específico (IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IBGE), utilizando critérios estabelecidos na Resolução Normativa 338/2208-ANEEL.
- Barragens, construções civis e benfeitorias: aplicação do “Método da Quantificação do Custo”, como definido pelas Normas NBR 14653-1, NBR 14653-2 e NBR 14653-3 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Esse método consiste na reprodução dos custos através de orçamento sumário dos componentes desses ativos, obtidos através de documentação e levantamentos fornecidos pela AES Tietê, baseado no banco de dados da consultoria contratada e publicações especializadas.
- Máquinas e equipamentos: reconstrução do custo dos ativos, observando-se as diretrizes estabelecidas pelas seguintes normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 14653-1 - Avaliação de Bens – Procedimento Gerais e NBR 14653-5 – Avaliação de Bens – Máquinas, equipamentos e bens industriais em geral.
- Veículos: a determinação do valor novo de reposição e mercado foi realizada a partir de pesquisa de mercado e publicações específicas do setor (tabela FIPE).

Notas Explicativas

- Móveis, utensílios e equipamentos gerais: atualização do custo contábil mediante a aplicação de índice econômico específico (IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IBGE), conforme determinação da Resolução Normativa 338/2208-ANEEL.

Com exceção de terrenos, o valor justo foi determinado considerando-se idade, grau de conservação e vida útil remanescente dos ativos. A depreciação prospectiva foi calculada aplicando-se as taxas de depreciação regulatórias sobre a parcela a ser depreciada, conforme o laudo de avaliação.

Conforme estabelecido no item 15 do ICPC 10, o laudo de avaliação foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de janeiro de 2011, efetivando dessa forma a avaliação dos ativos, mediante o registro contábil nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, com efeitos retroativos à 01 de janeiro de 2009.

3.4 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A Companhia não possui ativos intangíveis de vida útil indefinida, para os quais seria requerida a realização de teste de recuperabilidade.

O ativo intangível da Companhia compreende o direito da Companhia operar como concessionária de uso do bem público (UBP) na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, conforme contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999, o qual tem prazo de vigência de 30 anos.

A vida útil do direito de concessão é avaliada como definida pelo prazo de 30 anos, o qual representa o período de vigência do contrato de concessão.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisadas no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Notas Explicativas

3.5 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração.

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável de seus ativos. Em 2011 e 2010 não foram identificados tais eventos ou mudanças nas circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. O gerenciamento dos negócios da Companhia e das suas controladas considera que todas as usinas compõem uma única unidade geradora de caixa.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.6 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa à qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

Notas Explicativas

3.6.1 Provisões para litígios

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o processo judicial ou administrativo e sobre os quais é possível realizar uma estimativa razoável do valor da provável saída de recursos. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.7 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. No reconhecimento inicial de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são deduzidos os custos de transação diretamente relacionados.

A Companhia, em 30 de setembro de 2011, não tem nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Notas Explicativas

- Empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis: são atualizados pela variação monetária incorrida, de acordo com os índices determinados em cada contrato, até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa efetiva de juros. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.
- Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de energia, materiais e serviços, bem como a compra de energia de curto prazo adquirida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e a tarifa de uso do sistema de distribuição – TUSD. O saldo é corrigido pela variação da taxa SELIC até a data do balanço, os quais são registrados em despesas financeiras.

3.7.1 Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

3.8 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.9 Tributação

3.9.1 Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% (regime cumulativo) e 1,65% (regime não cumulativo);
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% (regime cumulativo) e 7,6% (regime não cumulativo);

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.9.2 Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

Notas Explicativas

3.9.3 Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável haver lucro tributável futuro disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e para que os créditos sobre prejuízos tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em bases anuais, quanto a sua recuperabilidade, sendo baixado na extensão em que não for provável haver lucros tributáveis futuros para permitir que todo ou parte dos impostos diferidos ativos venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados, em bases anuais, e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os impostos diferidos ativos sejam recuperados.

Caso a estimativa de lucros tributáveis futuros indique que os impostos diferidos ativos não serão recuperados no prazo e condições previstos na Instrução CVM nº. 371, a Companhia registra provisão para redução ao seu provável valor de realização. Esta análise é fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pelos órgãos de administração da Companhia.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Notas Explicativas

3.10 Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.11 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das informações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

3.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados a valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das informações contábeis a Companhia e suas controladas não possuíam ajustes a valor presente de montantes significativos.

Notas Explicativas

3.13 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro anual sejam distribuídos a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada a realização da mais valia dos ativos apurada na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, registrada na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido. Dessa forma, o incremento nas despesas de depreciação e baixas, em função do registro da mais valia no ativo imobilizado (custo atribuído), tem efeito nulo na apuração dos dividendos da Companhia.

No encerramento do exercício social, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra obrigação equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º. da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para o patrimônio líquido da Companhia.

Notas Explicativas

3.14 Pagamentos baseados em ações

A controladora indireta, AES Corp., mantém plano de remuneração a colaboradores próprios e de suas controladas, diretas e indiretas, relacionado com a outorga de instrumentos patrimoniais. A concessão desses instrumentos patrimoniais ocorre quando determinadas condições pre-estabelecidas são atingidas. As ações ou opções de ações concedidas pela AES Corp. são registradas na Companhia ao valor justo do instrumento patrimonial na data de sua outorga.

O custo de transações de outorga de títulos patrimoniais é reconhecido no resultado do período em contrapartida a uma reserva de capital, no patrimônio líquido da Companhia, em conta específica que indica o compromisso futuro do controlador da Companhia aportar os recursos necessários para suportar a outorga das ações e opções de ações da AES Corp. adquiridos pelos funcionários da Companhia e suas controladas. O aporte dos recursos pela AES Corp. ocorre na entrega das ações para os colaboradores ou no exercício das opções pelos colaboradores. Após o aporte dos recursos a reserva de capital constituída deverá ser utilizada para aumentar o capital da Companhia em favor da AES Corp.

3.15 Reconhecimento da receita

A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia e de suas controladas, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado. Em atendimento a Deliberação CVM nº 597, de 15 de setembro de 2009, a Reconciliação entre a Receita Bruta e a Receita Líquida, apresentada na Demonstração do Resultado, está demonstrada na Nota nº 19.

3.15.1 Receita de fornecimento de Energia Elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador, conforme as bases contratadas, ocorre em bases mensais.

3.15.2 Receita de juros

A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva pelo prazo decorrido sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

3.16 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado apurado, conforme o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - *Resultado por ação*.

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

O estatuto da Companhia atribui direitos distintos às ações preferenciais e às ordinárias sobre os dividendos. Conseqüentemente lucro básico e o lucro diluído por ação são calculados pelo método de “duas classes”. O método de “duas classes” é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial e ordinária de acordo com os dividendos declarados e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos.

3.17 Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL. As empresas geradoras de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Companhia possui registrado na rubrica Provisão para pesquisa e desenvolvimento, no passivo circulante e não circulante, o valor da receita destinada a ser utilizada, de acordo com o período previsto para a realização dos investimentos.

3.18 Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objeto de suplementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. A Companhia concede também determinados benefícios de assistência à saúde pós-emprego para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiário.

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, com base em avaliação atuarial realizada anualmente no final de cada exercício. A avaliação atuarial é elaborada com bases em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. Essas premissas e projeções são revisadas em bases anuais, ao final de cada período.

Notas Explicativas

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado. Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos como receita ou despesa quando os ganhos ou perdas atuariais acumulados líquidos não reconhecidos para cada plano no final do período base anterior ultrapassarem 10% da obrigação por benefícios definidos ou o valor justo dos ativos do plano naquela data, dos dois o maior (método do corredor). Esses ganhos ou perdas são reconhecidos ao longo do tempo de serviço médio de trabalho remanescente esperado dos funcionários que participam do plano.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas informações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações.

Os ativos do plano são mantidos por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

3.19 Segmento de Negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre a alocação de recursos ao segmento e avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Todas as decisões tomadas pela Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte.

Notas Explicativas

3.20 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das informações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações contábeis. Quando necessário, as estimativas baseiam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotam premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode resultar em um ajuste significativo no valor contábil do correspondente ativo ou passivo em períodos futuros, principalmente, devido a mudanças nas circunstâncias ou a fatos novos.

Estimativas e premissas

As principais premissas e estimativas adotadas pela Companhia na elaboração de suas informações contábeis, e que podem resultar em ajustes no valor contábil dos ativos e passivos em exercícios financeiros futuros, são discutidas a seguir.

3.20.1 Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na Nota nº 3.3, a Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos na Resolução ANEEL nº. 367, de 2 de junho de 2009, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado.

Notas Explicativas

3.20.2 Perda por Redução ao Provável Valor de Recuperação de Ativos

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou, ainda, com investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 30 de setembro de 2011, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado à eventuais perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.20.3 Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários devido a sua complexidade, bem como a estimativa do valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, de acordo com as diretrizes do CPC 25, para possíveis conseqüências de auditorias realizadas pelas autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como: experiência de auditorias fiscais anteriores e divergência nas interpretações dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas divergências na interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes na respectiva jurisdição da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Notas Explicativas

3.20.4 Benefícios de Aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefício definido e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria e de assistência médica são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a administração considera as taxas de debêntures não conversíveis emitidas por corporações de elevada solvência e títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente a duração da obrigação do benefício definido. A qualidade dos títulos é revisada, e aqueles com um *spread* de crédito excessivo são excluídos da população de títulos os quais são utilizados para identificar a taxa de juros.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

3.20.5 Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na Nota nº 22.

Notas Explicativas

3.20.6 Provisão para Litígios

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3.20.7 Transações com Pagamentos Baseados em Ações

A Companhia mensura o custo de transações com funcionários liquidadas em ações com base no valor justo desses instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

3.21 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n.º 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) – *Demonstração dos Fluxos de Caixa*, emitido pelo CPC.

3.22 Novos IFRS e Interpretações do IFRIC

Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados. A aplicação no Brasil de novos pronunciamentos emitidos pelo IASB depende revisão e tradução desses pronunciamentos pelo CPC e homologação pelos órgãos reguladores, no caso das companhias abertas pela CVM.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia avaliou os eventuais impactos destes novos pronunciamentos e interpretações, conforme segue:

- **IFRS 9 *Instrumentos Financeiros (Financial Instruments)*** - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 - *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*”. A IFRS 9 requer que todos os ativos financeiros sejam classificados na mesma base do modelo de negócio utilizado na administração de ativos financeiros e nas características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. Os ativos são inicialmente mensurados pelo seu valor justo ajustados pelos custos da transação, exceto quando se tratar de um ativo avaliado pelo valor justo por meio do resultado. Ativos são avaliados subsequentemente pelo método do custo amortizado ou pelo valor justo. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto significativo em suas demonstrações contábeis consolidadas.
- **IFRS 10 *Demonstrações Contábeis Consolidadas (Consolidated Financial Statements)*** - O IFRS 10 requer que a controladora apresente demonstrações contábeis consolidadas. A IFRS 10 define os princípios de controle e estabelece que os controles são a base para determinação de quais entidades devem ser incluídas na consolidação das demonstrações contábeis. Um investidor controla uma investida se está exposta, ou tem o direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a habilidade de impactar esses retornos através do poder exercido sobre essa investida. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera impacto significativo em suas demonstrações contábeis consolidadas decorrentes da aplicação dessa norma.
- **IFRS 11 *Contratos entre empreendedores (Joint Arrangements)*** - Esse IFRS substitui o IAS 31 - *Investimento em Empreendimentos em Conjunto*. O IFRS 11 requer que um participante de um empreendimento em conjunto determine o tipo de contrato no qual está envolvido através da avaliação de seus direitos e obrigações provenientes desse arranjo. O IFRS classifica os empreendimentos em conjunto em 2 tipos - operações em conjunto e empreendimentos em conjunto. Em uma operação em conjunto as partes mantêm os direitos sobre os ativos e passivos relacionados com o contrato. Em um empreendimento em conjunto as partes têm direitos sobre o patrimônio líquido do empreendimento. A avaliação dos direitos e obrigações pelas partes no arranjo deverá levar em conta a estrutura e a forma legal do arranjo, os termos contratuais do arranjo e, se relevante, outros fatos e circunstâncias. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não possui empreendimentos em conjunto, portanto não espera impacto significativo em suas demonstrações contábeis consolidadas decorrentes da aplicação dessa norma.

Notas Explicativas

- IFRS 12 *Divulgação de participação em outras entidades (Disclosure of interest in other entities)* - O IFRS 12 estabelece requer a divulgação de informações para permitir aos usuários das demonstrações contábeis a: (i) compreender os julgamentos e premissas utilizados na determinação da natureza da participação em outras entidades ou arranjos em conjunto; (ii) a participação que não-controladores tem na atividades e no fluxo de caixa do grupo; (iii) avaliar a natureza e extensão de restrições no acesso ou uso de ativos e liquidação de passivos do grupo; (iv) avaliar a natureza dos, e mudanças nos, riscos associados com a participação nas entidades consolidadas; (v) a natureza e extensão de sua participação em entidades não consolidadas, bem com a natureza dos, e mudança nos, riscos associados com essas entidades; (vi) a natureza e extensão de sua participação em arranjos com outros empreendedores, bem com a natureza dos, e mudança nos, riscos associados com essas operações; (vii) avaliar as mudanças na participação dos controladores nas subsidiárias, quando não resultar em mudança de controle; e (viii) avaliar as consequências da perda de controle em subsidiárias durante o período em curso. Esse IFRS não traz impactos nas demonstrações contábeis, entretanto aumentará o nível de divulgação sobre a participação detida pela Companhia em outras entidades. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 *Mensuração do Valor Justo (Fair value measurement)* - O IFRS 13 define o valor justo como o preço que poderia ser recebido para vender um ativo ou pago pela transferência de um passivo, em uma transação organizada entre participantes de mercado, em uma data de avaliação (i.e, um preço de saída). Esta definição de valor justo ressalta que o valor justo é baseado na avaliação do mercado e não em uma avaliação específica de uma entidade. Portanto, a intenção de uma entidade em manter o ativo ou liquidar ou honrar um passivo não é relevante na determinação do seu valor justo. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera impacto significativo em suas demonstrações contábeis consolidadas decorrentes da aplicação dessa norma
- IAS 27 *Demonstrações contábeis separadas (Separate financial statements)* - O IAS 27 foi modificado em 2011 em consequência da emissão do IFRS 10 - *Demonstrações contábeis consolidadas*. Dessa forma, o IAS 27 passou a conter requerimentos somente sobre a elaboração de demonstrações contábeis separadas. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera impacto significativo em suas demonstrações contábeis consolidadas decorrentes da aplicação dessa norma.

Notas Explicativas

- IAS 28 *Investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto (Investments in associates and joint ventures)* - O IAS 28 foi modificado em 2011 para incluir os empreendimentos em conjunto no escopo desse pronunciamento, em razão de o método de equivalência patrimonial ser aplicável tanto para os investimentos em coligadas como em empreendimentos em conjunto. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera impacto significativo em suas demonstrações contábeis consolidadas decorrentes da aplicação dessa norma.
- Modificações no IAS 1 *Apresentação das demonstrações contábeis (Amendments to IAS 1 Presentation of financial statements)* - em junho de 2011 o IASB efetuou modificações no IAS 1, relacionadas com a apresentação dos itens registrados em ajustes de avaliação patrimonial (*other comprehensive income*), no patrimônio líquido. Essas modificações requerem que a Companhia agrupe os itens apresentados nessa rubrica de acordo com sua potencial realização (transferência) para lucros (prejuízos) acumulados. A Companhia não espera impacto significativo em suas demonstrações contábeis consolidadas decorrentes da aplicação dessa norma.
- IAS 19 *Benefícios a empregados (Empolyees benefits)* - em junho de 2011 o IASB modificou o IAS 19 com o objetivo de introduzir melhorias nas seguintes áreas: (a) reconhecimento de mudanças no ativo/passivo líquidos dos planos de benefícios definidos; (b) mudanças, reduções nos benefícios ou liquidação do plano; (c) divulgação sobre planos de benefício definido; (d) contabilização de benefícios relacionados com desligamento; e (e) itens diversos relacionados com (i) a classificação de benefícios a empregados; (ii) estimativas da taxa de mortalidade; (iii) custos administrativos e tributários; (iv) riscos compartilhados e aspectos condicionais de indexação. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. O principal impacto decorrente da aplicação dessa norma é a eliminação do critério do corredor. A Companhia não espera impacto significativo em suas demonstrações contábeis consolidadas decorrentes da aplicação dessa norma.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários

Notas Explicativas

A CVM aprovou os seguintes pronunciamentos técnicos do CPC:

- CPC 15 R1 – Combinação de Negócios – Deliberação CVM nº. 665 de 4 de agosto de 2011;
- CPC 19 – Investimentos em Empreendimentos Controlado em Conjunto – Deliberação CVM nº. 666 de 4 de agosto de 2001;
- CPC 35 – Demonstrações Separadas – Deliberação CVM nº. 667 de 4 de agosto de 2011;
- CPC 36 R2 – Demonstrações Consolidadas – Deliberação CVM nº. 668 de 4 de agosto de 2011;
- CPC 20 R1 – Custo de Empréstimos – Deliberação CVM nº. 672 de 20 de outubro de 2011; e
- CPC 21 R1 - Demonstração Intermediária – Deliberação CVM nº. 673 de 20 de outubro de 2011.

A Companhia não espera impacto significativo em suas demonstrações contábeis decorrentes da aplicação desses novos pronunciamentos técnicos.

Notas Explicativas

4. Caixa e Equivalentes de Caixa e Investimentos de Curto Prazo

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Caixa e equivalentes de caixa				
Numerário disponível	275	402	330	480
Numerário em trânsito	18		18	
CDB-DI (I)	20.466	-	20.466	-
	20.759	402	20.814	480
Investimentos de curto prazo				
Operações Compromissadas (I)	204.078	195.961	209.642	197.145
Certificado de depósitos bancários - CDB (I)	53.267	264.018	54.874	266.534
Fundos de Investimentos (II)	101.985	100.953	101.985	100.953
	359.330	560.932	366.501	564.632
	380.089	561.334	387.315	565.112

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata e um montante conhecido de caixa.

- (I) O saldo de aplicações financeiras em 30 de setembro de 2011 está representado, principalmente, por operações de CDB e Operações Compromissadas^(*) com liquidez diária e com rentabilidade média no período de 102,81% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Em 31 de dezembro de 2010 as aplicações tinham a mesma natureza e foram remuneradas nesse exercício em média a 102,79% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.
- (II) Trata-se de um fundo de investimento administrado por instituição financeira de primeira linha, destinado exclusivamente a receber recursos da Companhia e cujo objetivo é o de buscar rentabilidade compatível com investimentos tradicionais de renda fixa, mediante aplicação de, no mínimo, 80% de seu patrimônio líquido em ativos relacionados diretamente com taxa de juros doméstica ou índices de preço. Em 30 de setembro de 2011, os ativos desse plano eram compostos por CDBs, Operações Compromissadas e Letras Financeiras do Tesouro, os quais não incluem instrumentos financeiros derivativos. Os ativos desse fundo de investimento estão valorizados ao seu valor de mercado.
- (*) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco e de revenda pela Companhia, com taxas definidas, prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

Notas Explicativas

5. Revendedores

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Energia no mercado de curto prazo	8.852	12.353	9.434	13.069
Energia livre (*)	13.558	7.867	13.558	7.867
Provisão para realização (**)	-	-	(76)	(76)
	22.410	20.220	22.916	20.860

(*) A Resolução Normativa nº 387, de 15 de dezembro de 2009 da ANEEL, estabeleceu uma nova metodologia de cálculo dos saldos de Energia Livre e da Perda de Receita, para o período posterior ao encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE nas tarifas de fornecimento. Em março de 2010, a ANEEL disponibilizou as informações do recálculo efetuado pelas distribuidoras referente ao repasse de Energia Livre. Com base nesses dados, revisados pela Companhia, foi registrado contas a receber no valor de R\$12.574, e um contas a pagar de R\$3.696, classificada na rubrica fornecedores. Com base no Despacho ANEEL nº 2.517, de agosto de 2010, foram apurados novos saldos referentes à Energia Livre, sendo R\$10.567 referente ao contas a receber e R\$4.398 referente ao contas a pagar. Cabe ressaltar, que dos valores apurados pelo Despacho ANEEL nº 2.517, foram recebidos R\$2.519 e pagos R\$3.230, resultando num saldo a receber no montante de R\$7.867 e um saldo a pagar no montante de R\$1.168, em 31 de dezembro de 2010.

Em março de 2011 com base no despacho nº 1.068 foi efetuado um incremento no contas a receber de R\$ 5.868 e no contas a pagar de R\$ 820. Em abril de 2011 com o despacho nº 1.469 efetuamos um aumento no contas a pagar de R\$ 950 tendo sido pago R\$ 1.990. Adicionalmente foi recebido o montante de R\$ 177 durante o terceiro trimestre de 2011. Em 30 de setembro de 2011 o contas a pagar apresenta um saldo de R\$ 948 e o contas a receber de R\$ 13.558.

(**) A provisão para realização dos recebíveis é constituída com base na estimativa de prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança desses valores, avaliadas pela administração da Companhia.

As transações de energia no mercado de curto prazo e de energia livre são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia no curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. A energia livre tem sua liquidação determinada conforme normatização da ANEEL.

Não houve movimentação na provisão para realização no trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2011.

A Companhia não requer garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo, bem como, sobre os valores a receber acerca da Energia Livre. As garantias são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela ANEEL.

Notas Explicativas

6. Tributos e Contribuições Sociais Diferidos

6.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

	Controladora e Consolidado			
	Balço Patrimonial			
	30.09.2011	31.12.2010	01.01.2011 à 30.09.2011	01.01.2010 à 30.09.2010
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:				
Provisão para participação nos lucros e resultados	1.690	1.974	(284)	(740)
Provisão para contingências fiscais	1.790	1.720	70	(593)
Provisão para contingências trabalhistas	1.590	2.023	(433)	542
Provisão sobre perdas na realização de ativos	-	-	-	(3.992)
Provisão para contingências civeis	11.740	10.522	1.218	2.472
Provisão Fornecedores Materiais e Serviços	3.918	2.026	1.892	279
Pagamento baseado em ações - CPC 10	370	370	-	-
Ativo Imobilizado - Custo Atribuído - CPC 27	(627.231)	(656.465)	29.234	32.371
Ativo Intangível - Uso do bem público	(16.696)	(17.378)	683	686
Outras	(4.067)	(137)	(3.930)	(1.173)
Subtotal	(626.896)	(655.345)	28.450	29.852
Benefício fiscal gerado pela incorporação do ágio - nota nº 9			(8.139)	(7.990)
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos			20.311	21.862
Ativo	27.150	25.731		
Passivo	(654.045)	(681.076)		
Passivo fiscal diferido líquido	(626.896)	(655.345)		
Reconciliação do passivo fiscal diferido, líquido				
	30.09.2011			
Saldo inicial	(655.345)			
Efeito dos tributos diferidos no resultado do exercício	28.450			
Saldo final	(626.895)			

6.2 Estimativa de recuperação de créditos

De acordo com a Instrução CVM nº. 371/2002, a Companhia elaborou em 31 de dezembro de 2010 estudo técnico demonstrando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros em um período de 10 anos, os quais deverão ser suficientes para garantir a realização dos tributos diferidos ativos. Esse estudo técnico foi aprovado pelos órgãos da Administração da Companhia. A análise de realização do valor contábil do ativo diferido é elaborada anualmente pela Companhia com base no estudo aprovado pelo Conselho de Administração, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração dessas controladas.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. Portanto não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimentos. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

Notas Explicativas

O regime de apuração do imposto de renda e da contribuição social das controladas é o do lucro presumido, portanto não gerando diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados, que são a base para o registro de impostos diferidos ativos ou passivos.

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

Controladora e Consolidado - 30.09.2011			
	Tributos e contribuições sociais diferidos	Tributos a recuperar (*)	Total
2011	11.339	2.716	14.055
2012	645	10.347	10.992
2013	81	9.925	10.006
2014	115	9.283	9.398
2015	6	8.642	8.648
2016 a 2018	525	22.283	22.808
2019 a 2021	14.440	17.702	32.142
2022 a 2024	-	14.009	14.009
2025 a 2027	-	11.098	11.098
2028 a 2029	-	6.119	6.119
Total	27.150	112.124	139.274

(*) A estimativa de realização de tributos a recuperar registrados no ativo não circulante foi definida através de Ofício ANEEL – Maiores detalhes sobre a natureza desse crédito tributário estão descritos na Nota nº.9.

6.3 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado		Consolidado	
	01.01.2011 à 30.09.2011		01.01.2010 à 30.09.2010	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Composição no resultado:				
Corrente	(236.075)	(85.100)	(232.759)	(83.990)
Diferido	14.878	5.432	16.017	5.845
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(221.197)	(79.668)	(216.742)	(78.145)
Demonstração do cálculo dos tributos:				
Resultado antes dos tributos	883.106	883.106	865.000	865.000
Adições (exclusões):				
Depreciação (mudança de vida útil)	-	-	-	-
Doações	772	772	3.455	3.455
Reversão de Agio	-	-	-	-
Outros	910	1.320	(543)	(172)
Subtotal	1.682	2.092	2.912	3.283
Base de cálculo	884.788	885.198	867.912	868.283
Alíquota	25%	9%	25%	9%
Tributos	(221.197)	(79.668)	(216.978)	(78.145)
Incentivos Fiscais			236	
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(221.197)	(79.668)	(216.742)	(78.145)
Alíquota efetiva	25%	9%	25%	9%

Notas Explicativas

7. Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis e a Recolher

	Controladora e Consolidado			
	Ativo		Passivo	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Imposto de renda a pagar	-	-	236.088	231.320
Contribuição social a pagar	-	-	85.075	77.750
Pis a recolher	-	-	1.129	894
Cofins a recolher	-	-	5.213	4.126
Antecipação de IRPJ	25.643	-	-	-
Antecipação de contribuição social	16.943	-	-	-
IRRF a compensar	12.922	9.015	-	-
Pis a compensar	2.013	1.664	-	-
Cofins a compensar	473	1.073	-	-
IRPJ a compensar	2.807	1.447	-	-
Outros	1.790	2.297	1.707	2.310
Total controladora	62.591	15.496	329.212	316.400
AES Minas PCH	107	73	151	140
AES Rio PCH	16	93	8	7
Total consolidado	62.714	15.662	329.371	316.547

Os valores de impostos de renda e contribuição social a recolher possuem seu vencimento em 31 de janeiro de cada exercício e poderão ser compensados com créditos tributários de mesma natureza.

8. Outros Ativos Circulantes

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Cauções e depósitos vinculados	1.380	6.843	2.262	8.330
Prêmio de seguros	3.567	1.524	3.583	1.536
Adiantamento a fornecedores	1.564	547	1.564	552
Adiantamento de juros sobre debêntures	23.521	-	23.521	-
Outros	7.194	2.268	7.194	2.268
	37.226	11.182	38.124	12.686

Notas Explicativas

9. Tributos a Recuperar (Não-Cirulante)

Os tributos a recuperar classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações do ágio da controladora AES Gás Ltda. e da AES Tietê Participações S.A. pela Companhia e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM 319/99 e 349/01.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no resultado do exercício. Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os saldos estavam assim representados:

	Controladora e Consolidado					
	30.09.2011			31.12.2010		
	Ágio	Provisão	Valor líquido	Ágio	Provisão	Valor líquido
<u>AES Gás Ltda.</u>						
Saldos oriundos da incorporação	808.303	(541.563)	266.740	808.303	(541.563)	266.740
Amortização acumulada	(506.051)	338.276	(167.775)	(484.115)	323.521	(160.594)
Subtotal	302.252	(203.287)	98.965	324.188	(218.042)	106.146
<u>AES Tietê Participações S.A.</u>						
Ágio gerado pela TP na aquisição da participação da Tietê	82.420	(54.397)	28.023	82.420	(54.397)	28.023
Amortização acumulada	(43.716)	28.852	(14.864)	(40.901)	26.995	(13.906)
Subtotal	38.704	(25.545)	13.159	41.519	(27.402)	14.117
Saldos no final do período (*)	340.956	(228.832)	112.124	365.707	(245.444)	120.263

(*) A estimativa de realização está demonstrada na – Nota nº 6.2.

Os ágios e as correspondentes provisões vêm sendo amortizados pelo prazo de concessão da Companhia, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004. Conforme demonstrado na Nota nº 6.2.

A amortização no trimestre e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 foi de R\$ 2.712 e R\$ 8.138 respectivamente.

Notas Explicativas

10. Investimentos

	Controladora	
	30.09.2011	31.12.2010
Investimento em controladas:		
AES Minas PCH Ltda.	17.257	14.202
AES Rio PCH Ltda.	1.823	2.268
Adiantamento para futuro aumento de		
AES Rio PCH Ltda.	2.327	2.327
Total	21.407	18.797

Os investimentos em controladas são representados pela participação na AES Minas PCH Ltda. (AES Minas), uma empresa operacional que detém a concessão para operação de pequenas centrais hidrelétricas, e na AES Rio PCH Ltda. (AES Rio), que foi constituída para construir e operar o projeto Piabanha (três pequenas centrais hidrelétricas localizadas no Estado de Rio de Janeiro: Posse, Monte Alegre e São Sebastião).

Informações sobre investimentos em controladas avaliados pelo método da equivalência patrimonial:

AES Minas

Informações sobre investimentos em controlada avaliados pelo método da equivalência patrimonial:

	30.09.2011	31.12.2010
Quantidade de quotas do capital social	8.573.000	8.573.000
Percentual de participação	99,99%	99,99%
Valor do capital social	8.573	8.573
Valor do patrimônio líquido	17.257	14.202

	30.09.2011	30.09.2010
Resultado do terceiro trimestre	482	(694)
Resultado do período de nove meses	3.054	701

A Resolução ANEEL 409/2010 estabelece que deve ser efetuado, em agosto de cada ano, o cálculo da geração média de energia elétrica dos empreendimentos hidrelétricos não despachados centralizadamente, como é o caso das PCHs. Caso essa geração média não atenda aos limites definidos nessa Resolução, a Agência notificará o agente responsável da usina sobre a possibilidade de exclusão do MRE.

Após a notificação, o empreendimento será efetivamente excluído do MRE se, na próxima aferição, a sua geração média de energia elétrica não atender aos limites estabelecidos.

O empreendimento excluído poderá voltar ao MRE quando voltar a atender os limites.

Notas Explicativas

A ANEEL emitiu o Despacho nº 3.584/11 determinando a exclusão das usinas Paes Leme, Congonhal I, Congonhal II e Ribeirão do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, a partir de 1º de janeiro de 2012. Essas usinas representam 87% da garantia física total da Minas PCH. A Administração da AES Minas está avaliando o impacto desse Despacho.

O Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) é um mecanismo financeiro que visa o compartilhamento dos riscos hidrológicos que afetam os Agentes de Geração, buscando garantir a otimização dos recursos hidrelétricos do Sistema Interligado Nacional

AES Rio

Informações sobre investimentos em controlada avaliados pelo método da equivalência patrimonial:

	30.09.2011	31.12.2010
Quantidade de quotas do capital social	24.267.465	24.267.465
Percentual de participação	99,99%	99,99%
Valor do capital social	24.267	24.267
Valor do patrimônio líquido	1.823	2.268

	30.09.2011	30.09.2010
Resultado do terceiro trimestre	(143)	(94)
Resultado do período de nove meses	(444)	(182)

Os investimentos em controladas são representados pela participação na AES Rio PCH Ltda. (AES Rio), que foi constituída para construir e operar o projeto Piabanha constituído de 3 pequenas centrais hidrelétricas (Posse, Monte Alegre e São Sebastião).

O projeto de Piabanha consistia na construção de três PCHs localizadas no Estado do Rio de Janeiro por meio da subsidiária AES Rio PCH Ltda. A capacidade instalada total desses projetos era de 52 MW.

Após realizar uma criteriosa reavaliação de todos os aspectos do projeto através de análises de viabilidade e estudos de sensibilidade aos riscos envolvidos na execução do projeto, foi constatada a baixa probabilidade de retorno do referido projeto. Conseqüentemente, foi constituída uma provisão para a redução provável valor de realização do total dos ativos intangíveis (licenças, despesas legais, depósitos judiciais e outros) associados ao projeto em 2009. Os valores remanescentes no ativo imobilizado da Companhia referem-se ao valor contábil das terras aonde seriam construídas as PCHs.

Em reunião realizada em 11 de março de 2010, o Conselho de Administração da AES Tietê aprovou a descontinuidade dos investimentos associados às PCHs de Piabanha.

A PCH de Posse teve sua autorização revogada em 25.08.2011 e a PCH São Sebastião em 05.07.2011. A autorização de Monte Alegre está atualmente em processo de revogação na ANEEL.

Notas Explicativas

11. Imobilizado e Intangível

11.1 Imobilizado

a) A composição dos saldos do ativo imobilizado é a seguinte:

Controladora e consolidado					
30.09.2011					31.12.2010
Taxas médias anuais de depreciação (%) (**)	Custo (*)	Depreciação acumulada (*)	Saldo líquido	Saldo líquido	
AES Tietê S.A.:					
Terrenos	-	407.812	-	407.812	407.788
Reservatórios, barragens e adutoras	3,3%	3.006.274	(1.359.053)	1.647.220	1.621.057
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,8%	504.829	(320.363)	184.466	190.636
Máquinas e equipamentos	4,4%	1.014.700	(377.895)	636.805	745.810
Veículos	17,8%	4.623	(3.672)	951	1.336
Linhas e redes - Equip. de Informática	10,5%	574	(161)	414	366
Móveis e utensílios e outros	10,0%	20.300	(11.746)	8.554	9.076
		4.959.112	(2.072.891)	2.886.221	2.976.069
Imobilizado em serviço		244.143	-	244.143	162.610
Imobilizado em curso (I)		(4.781)	-	(4.781)	(4.781)
Obrigações especiais		2.129	(30)	2.099	2.099
Imóveis destinados a uso futuro					
Total Imobilizado - Tietê		5.200.603	(2.072.921)	3.127.682	3.135.997
AES Minas PCH Ltda.:					
Imobilizado em serviço	11,0%	10.871	(1.858)	9.013	8.958
Imobilizado em curso		1.295	-	1.295	1.637
Total Imobilizado - Minas		12.165	(1.858)	10.307	10.595
AES Rio PCH Ltda.:					
Imobilizado em curso (terrenos)		3.000	-	3.000	3.000
Total Imobilizado - Rio		3.000	-	3.000	3.000
Total		5.215.768	(2.074.779)	3.140.989	3.149.592
Consolidado					
Imobilizado em serviço		4.969.982	(2.074.749)	2.895.233	2.985.027
Imobilizado em curso (I)		248.438	-	248.438	167.247
Obrigações especiais		(4.781)	-	(4.781)	(4.781)
Imóveis destinados a uso futuro		2.129	(30)	2.099	2.099
Total imobilizado		5.215.768	(2.074.779)	3.140.989	3.149.592

(*) Inclui os efeitos de ajuste de avaliação patrimonial.

I. O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, por gastos com construção de Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs), por desenvolvimento de novos projetos de expansão da capacidade de geração e por gastos com a modernização em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem e/ou retornarem para suas operações.

(**) A taxa média é calculada com às adições e baixas realizadas durante o período.

Notas Explicativas

Abaixo seguem status dos principais projetos da Companhia e de suas controladas:

- **Termo São Paulo:** A Companhia estuda a viabilidade de implantação de uma termoelétrica a gás natural, com capacidade de geração de aproximadamente 550 MW^{***}. Em relação à usina termelétrica, foi definida, em novembro de 2009, foi definida a localização da planta, e em março de 2010, foi iniciado o processo de licenciamento ambiental na Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB. O Conselho Estadual do Meio Ambiente de São Paulo aprovou em 11 de outubro de 2011, a licença prévia para a termelétrica.
- **Projeto São José:** Atualmente em status de construção. A PCH terá capacidade instalada de 4MW^{***}. A previsão para início da operação comercial está previsto para 2012.
- **Projeto Noroeste de Minas:** O projeto consiste na construção de três PCHs por meio da subsidiária Minas PCH. A capacidade instalada total do projeto é de 50MW^{***}. Atualmente o projeto está em fase de licenciamento ambiental. A Administração está avaliando a viabilidade do projeto.

(^{***}) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

b) A movimentação do imobilizado em serviço e a depreciação e a amortização no período findo em 30 de setembro de 2011:

Custo		Terrenos	Reservatórios, Barragens e Aduaras	Edificações, Obras Cíveis e Benefeitorias	Máquinas e Equipamentos	Vículos	Linhas e Redes e Móveis e Utens.	Em curso	Obrigações Especiais e Imóveis Destinados a uso futuro	Total Controladora	Total Controladas	Total Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010		407.788	2.901.235	497.435	1.100.512	4.625	19.928	162.610	(2.652)	5.091.481	15.156	5.106.637
Adições	-	-	-	-	-	-	145	118.517	-	118.662	49	118.711
Baixas	(7)	(3)	(1.431)	(7.279)	(2)	(2)	(16)	(8.738)	-	(8.738)	-	(8.738)
Transferências	31	105.042	8.825	(78.553)	-	-	817	(56.984)	-	(802)	(40)	(842)
Saldo em 30 de setembro de 2011		407.812	3.006.274	504.829	1.014.700	4.623	20.874	244.143	(2.652)	5.200.603	15.165	5.215.768
Depreciação e amortização		Terrenos	Reservatórios, Barragens e Aduaras	Edificações, Obras Cíveis e Benefeitorias	Máquinas e Equipamentos	Vículos	Linhas e Redes e Móveis e Utens.	Em curso	Obrigações Especiais e Imóveis Destinados a uso futuro	Total Controladora	Total Controladas	Total Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010		-	(1.280.178)	(306.799)	(354.702)	(3.289)	(10.486)	-	(30)	(1.955.483)	(1.544)	(1.957.027)
Adições	-	(72.711)	(14.400)	(32.742)	(384)	(384)	(1.487)	-	-	(121.725)	(314)	(122.039)
Baixas	-	-	836	3.383	1	1	15	-	-	4.236	-	4.236
Transferências	-	(6.165)	-	6.166	-	-	51	-	-	51	-	51
Reclassificação de serviço para curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2011		-	(1.359.054)	(320.363)	(377.895)	(3.672)	(11.907)	-	(30)	(2.072.921)	(1.858)	(2.074.779)

Notas Explicativas

Reprocessamento do saldo dos ativos

A Administração da Companhia, considerando as opções do CPC 43 *Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos 15 a 40*, decidiu, atribuir um novo valor (“deemed cost”) para os itens do ativo imobilizado. A Administração da Companhia contratou empresa especializada para elaborar a avaliação do seu ativo imobilizado, sendo o valor apurado no laudo de avaliação atribuído como o novo custo do imobilizado na data de transição para a adoção inicial dos CPCs.

c) Dos bens vinculados à concessão

Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia são vinculados à concessão e não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Os bens vinculados à concessão representam a totalidade do saldo do ativo imobilizado da controladora no montante de R\$ 3.127.682, em 30 de setembro de 2011. O prazo da concessão conforme descrito na nota explicativa nº. 1 é de trinta anos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão, que ocorreu em 20 de dezembro de 1999.

d) Reversão dos bens à União

Conforme a subcláusula 2ª da cláusula 11 do Contrato de Concessão nº. 92/99 (“Contrato”), assinado pela Tietê e ANEEL em 20 de dezembro de 1999, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos Aproveitamentos Hidroelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

e) Obrigações especiais (valor originário da concessão da Cesp)

Referem-se às contribuições recebidas do consumidor para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, e sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

f) Obrigações de expansão

Conforme descrito na nota explicativa nº. 1, a Companhia e sua controladora tinham a obrigação de expandir a capacidade instalada em 15% até 31 de dezembro de 2007. A Companhia tem mantido negociações com o Governo do Estado de São Paulo para readequar essa obrigação à nova realidade setorial/regulamentar.

Notas Explicativas

11.2 Intangível

	Controladora	
	30.09.2011	31.12.2010
<u>Intagível:</u>		
<u>Ativo intangível - Uso do Bem Público</u>		
Custo	73.174	73.174
Amortização	(24.069)	(22.061)
Total do ativo intangível - Uso do Bem Público	49.105	51.113
<u>Outros Intangíveis</u>		
Custo	4.965	4.163
Amortização	(3.927)	(3.579)
Total dos outros intangíveis	1.038	584
Total Intangível - Controladora	50.143	51.697
AES Minas	32	17
Total Intangível - Consolidado	50.175	51.714

A movimentação do Intangível é como segue:

	Controladora			Controladas	Consolidado
	Uso do Bem Público	Outros	Total	Outros	Total
Saldo em 31/12/2010	51.113	584	51.697	17	51.714
Amortização	(2.008)	(297)	(2.305)	(10)	(2.315)
Baixa	-	-	-	(15)	(15)
Transferência Imobilizado em Curso	-	751	751	40	791
Saldo em 30/09/2011	49.105	1.038	50.143	32	50.175

O uso do bem público (UBP) refere-se ao pagamento efetuado em bases mensais, no período de 2000 a 2004, conforme disposto na cláusula quinta do contrato de concessão da Companhia. Os valores pagos foram registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2011, a Companhia não efetuou nenhum pagamento referente a taxas ou encargos relacionados à concessão.

O contrato de concessão estabeleceu encargos para a Companhia relacionadas à manutenção das operações das usinas e de pessoal técnico apropriado, bem como observar as regulamentações setoriais e a legislação vigente aplicáveis à Companhia.

Notas Explicativas

12. Fornecedores

A composição da conta de fornecedores é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Energia de curto prazo e energia livre	11.261	11.136	11.261	11.136
Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST	8.077	6.592	8.077	6.592
Encargos de uso das demais instalações de transmissão - TUSDG	22.068	74.140	22.068	74.140
Materiais e serviços	32.684	33.300	33.039	33.657
Total	74.090	125.168	74.445	125.525

13. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures não conversíveis

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis é composto da seguinte forma:

a) Composição:

	Controladora e Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010
<u>ENCARGOS DE DÍVIDAS</u>		
Moeda nacional	58.803	25.796
Total	58.803	25.796
<u>CIRCULANTE</u>		
Moeda nacional	(981)	159
Total	(981)	159
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Moeda nacional	898.160	896.116
Total	898.160	896.116
Total geral	955.982	922.071

b) Moeda Nacional:

Moeda Nacional	Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	(% a.a.)	30.09.2011				
				Dívida			Custo de transação a Amortizar	
				Encargos	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<u>Debêntures</u>								
Debêntures - 1ª Emissão (a)		2015	CDI + 1,37 (*)	58.803	-	900.000	(1.195)	(2.095)
<u>Leasing</u>								
Arrendamento mercantil (b)		2015	10,12% a 13,65%	-	214	255	-	-
Total				58.803	214	900.255	(1.195)	(2.095)

Moeda Nacional	Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	(% a.a.)	31.12.2010				
				Dívida			Custo de transação a Amortizar	
				Encargos	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<u>Debêntures</u>								
Debêntures - 1ª Emissão (a)		2015	CDI + 1,37 (*)	25.796	-	900.000	-	(4.115)
<u>Leasing</u>								
Arrendamento mercantil (b)		2015	10,12% a 13,65%	-	159	231	-	-
Total				25.796	159	900.231	-	(4.115)

(*) Taxa efetiva de juros

Notas Explicativas

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros estão sendo apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, através do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

- a) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2010, foi aprovada a Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, de espécie subordinada.

Foram emitidas 90.000 debêntures ao valor unitário de R\$ 10, totalizando uma emissão de R\$ 900.000 com prazo de vencimento em 60 meses, contados a partir de 01 de abril de 2010 (data de emissão). O principal será amortizado em 3 parcelas anuais, iguais e consecutivas a partir do 3º ano. A remuneração é equivalente a taxa DI + 1,20% a.a., paga semestralmente.

Os custos de transação destas debêntures não conversíveis foram de R\$4.607. Os recursos captados em 03 de maio de 2010 com a emissão no valor de R\$906.834 foram utilizados para a liquidação do saldo de dívida com a Eletrobrás Centrais Elétricas Brasileiras S.A, a qual ocorreu em 04 de maio de 2010.

As debêntures não conversíveis têm cláusulas restritivas (*Covenants*), as quais foram integralmente cumpridas até 30 de setembro de 2011. As cláusulas restritivas são relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA da Companhia.

As debêntures não conversíveis emitidas são subordinadas, não sendo cobertas por garantia obedecendo a legislação vigente.

- b) Os contratos de arrendamentos mercantis financeiros referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática e não contém cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que impõem restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

O saldo de contratos de arrendamento mercantil financeiro, em 30 de setembro de 2011, registrados pela Companhia era de R\$ 469 passivo, e R\$ 414 no ativo. Esse arrendamento mercantil deverá ser liquidado da seguinte forma: R\$ 214 até um ano e R\$ 255 até quatro anos, não havendo pagamento acima de 4 anos.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2011, as parcelas não circulantes relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos têm os seguintes vencimentos:

	Controladora e Consolidado		
	Principal	Custo a amortizar	Total
2013	300.152	(1.325)	298.827
2014	300.089	(609)	299.480
2015	300.014	(161)	299.853
	900.255	(2.095)	898.160

A movimentação da dívida é como segue:

Moeda Nacional e Estrangeira	Saldo Inicial	Ingressos	Encargos	Amortização	Saldo Final
Instituições Financeiras / Credores	31.12.2010				30.09.2011
Arrendamento Mercantil	390	144	108	(173)	469
Total	390	144	108	(173)	469
Debêntures - 1ª Emissão - Principal	900.000	-	-	-	900.000
Debêntures - 1ª Emissão - Encargos	25.796	-	86.082	(53.075)	58.803
Debêntures - 1ª Emissão - Custo a amortizar	(4.115)	-	-	825	(3.290)
Total	921.681	-	86.082	(52.250)	955.513
	922.071	144	86.190	(52.423)	955.982

14. Outras Contas a Pagar

	30.09.2011	31.12.2010
Provisão de férias e encargos sociais	6.931	6.278
Provisão para participação nos lucros	4.972	5.807
Provisão para 13o. Salário	2.614	-
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	9.736	7.825
Outros	2.135	2.886
Total controladora	26.388	22.796
AES Minas	66	61
AES Rio	1	2
Total Consolidado	26.455	22.859

Notas Explicativas

15. Obrigação com Entidade de Previdência Privada

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

Os custos de patrocínio dos planos de pensão e eventuais déficits (superávits) dos planos são contabilizados em atendimento à Deliberação CVM nº 600/09.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial, quando aplicáveis, são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes, sendo a última efetuada para a data base 31 de dezembro de 2010.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos pelo valor que exceder o limite de 10% em relação ao total dos ativos ou obrigações do plano, o que for maior (critério de corredor). O ganho ou perda atuarial líquido acima do maior valor entre 10% da obrigação do benefício e 10% do valor de mercado dos ativos do plano é amortizado ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados ativos. Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, não houve amortização de ganhos e perdas atuariais, uma vez que de acordo com a última avaliação do atuário não foi apurado excesso ao limite de 10% em relação ao total dos ativos e obrigações do plano.

A Companhia, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o *déficit* técnico atuarial e diminuir o risco de futuros *déficits*.

O custeio do plano para a parcela de benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados, enquanto que o custeio da parcela de contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5% de sua remuneração. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao modelo implementado na data de suas participações, a partir de 1º de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do plano.

Notas Explicativas

Não houve mudanças significativas no plano no número de participantes e nas premissas durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 em relação àqueles utilizados para a preparação e apresentação das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Contratos com a Fundação Cesp

A Companhia com o objetivo de equacionar o *déficit* atuarial e diminuir o risco de futuros *déficits* formalizou instrumentos jurídicos com a Fundação Cesp a partir de 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (“SPC”), na forma de contratos de confissão de dívida. Estes contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis, conforme segue:

Confissão de dívida III - refere-se a contrato de confissão de dívida para financiamento de *déficit* atuarial, referente ao Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS, com vencimento final em 30 de novembro de 2027. O saldo desse contrato é atualizado pela variação do custo atuarial, ou pela variação do IGP-DI, acrescida de juros de 6% ao ano, dos dois o maior.

Não existem ativos e passivos atuariais a serem reconhecidos em 30 de setembro de 2011.

Notas Explicativas

16. Provisões para Litígios

16.1 Provisões para litígios registrados

As provisões para litígios estão compostas da seguinte forma:

	Consolidado			
	Provisões para Litígios		Cauções e Depósitos Vinculados (*)	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
<u>AES Tietê S.A</u>				
Trabalhista (a)	4.677	5.949	1.254	1.171
Pis/Cofins (b)	52.167	50.377	62.107	59.871
Provisão para perdas sobre repasse da energia de Itaipu (c)	8.417	5.945	-	-
Provisão meio ambiente (d)	712	694	-	-
Cível Despacho 288 (e)	33.222	29.663	-	-
Cível (e)	1.308	1.283	-	-
Imposto de Renda (f)	5.264	5.057	1.401	1.281
Total controladora	105.767	98.968	64.762	62.323
<u>AES Minas PCH Ltda.</u>				
Trabalhista (a)	1.797	1.710	1.698	1.379
Total controladas	1.797	1.710	1.698	1.379
Total consolidado	107.564	100.678	66.460	63.702
Circulante	3.343	4.948	-	-
Não Circulante	104.221	95.730	66.460	63.702

(*) As cauções e depósitos vinculados estão contabilizados no ativo não circulante.

A movimentação do saldo de litígios é como segue:

	Controladora					30.09.2011
	31.12.2010	Provisão	Atualização Monetária	Reversão	Pagamentos	
Trabalhista (a)	5.949	1.703	376	(1.994)	(1.357)	4.677
PIS/COFINS (b)	50.377	-	1.790	-	-	52.167
Provisão para perdas sobre repasse da energia de Itaipu (c)	5.945	-	2.472	-	-	8.417
Provisão Meio Ambiente (d)	694	18	-	-	-	712
Cível Despacho 288 (e)	29.663	-	3.559	-	-	33.222
Cível (e)	1.283	-	147	(122)	-	1.308
Imposto de Renda (f)	5.057	-	207	-	-	5.264
Total geral	98.968	1.721	8.551	(2.116)	(1.357)	105.767
Circulante	3.548	-	-	-	-	1.546
Não Circulante	95.420	-	-	-	-	104.221
Total geral	98.968	-	-	-	-	105.767

	Consolidado					30.09.2011
	31.12.2010	Provisão	Atualização Monetária	Reversão	Pagamentos	
Trabalhista (a)	7.659	1.807	527	(2.096)	(1.423)	6.474
PIS/COFINS (b)	50.377	-	1.790	-	-	52.167
Provisão para perdas sobre repasse da energia de Itaipu (c)	5.945	-	2.472	-	-	8.417
Provisão Meio Ambiente (d)	694	18	-	-	-	712
Cível Despacho 288 (e)	29.663	-	3.559	-	-	33.222
Cível (e)	1.283	-	147	(122)	-	1.308
Imposto de Renda (f)	5.057	-	207	-	-	5.264
Total geral	100.678	1.825	8.702	(2.218)	(1.423)	107.564
Circulante	4.948	-	-	-	-	3.343
Não Circulante	95.730	-	-	-	-	104.221
Total geral	100.678	-	-	-	-	107.564

Notas Explicativas

A Administração da Companhia fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, entende não ser possível precisar a data de encerramento das discussões judiciais mencionadas acima.

- a) Os processos trabalhistas movidos por empregados, ex-empregados e terceiros da Companhia requerem, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade e equiparação salarial. Os valores dos depósitos judiciais relativos às reclamações trabalhistas são decorrentes de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário, adicionados aos depósitos consignados para garantia.

- b) A Companhia propôs medidas judiciais com o objetivo de questionar judicialmente: I) a constitucionalidade da alteração referente ao aumento da alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS de 2% para 3%, instituída pela Lei nº. 9.718, de 27 de novembro de 1998; e II) o aumento da base de cálculo para fins de apuração do PIS e da COFINS. Sobre referidos processos, importante relatar:
 - b.1) A Companhia impetrou mandado de segurança através do qual busca a concessão de liminar e sentença concessiva de segurança para assegurar o direito líquido e certo de proceder ao recolhimento do PIS nos moldes previstos pela Lei Complementar 7/70 afastando-se a sistemática prevista na Lei nº 9.718/98, realizar depósito judicial dos valores em discussão e efetuar a compensação dos valores indevidamente pagos. Em junho de 2007, foi proferida decisão desfavorável ao Recurso Extraordinário que visava a inconstitucionalidade da majoração da base de cálculo do PIS, tal como realizado pela Lei nº 9.718/98. Nesta decisão, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) se declarou incompetente para apreciação do pedido de compensação de valores indevidamente pagos da exação, por não se tratar de matéria estritamente constitucional. Contudo, o STF, ainda que incompetente para a análise do mérito, reconheceu bons argumentos jurídicos sustentados pela controlada Tietê. Em 20 de julho de 2007, referida decisão foi publicada. Em 25 de julho de 2007, em face da referida decisão, a controlada Tietê interpôs Agravo Regimental. Em 30 de setembro de 2011, a Companhia aguarda o julgamento do Agravo Regimental. A administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, definiu que a probabilidade de perda para este processo é remota, porém, em função deste processo ser referente a uma obrigação legal, a Administração da controlada Tietê registrou provisão no montante de R\$1.903 (atualizado até 30 de setembro de 2011), a qual possui depósito judicial.

Notas Explicativas

- b.2) A controlada Tietê impetrou mandado de segurança através do qual busca a concessão de liminar e sentença concessiva de segurança que assegure o direito líquido e certo de recolher a COFINS nos termos da Lei Complementar nº 70/91 afastando-se a sistemática prevista na Lei nº 9.718/98, realizar depósito judicial dos valores controversos (3% sobre a receita financeira e outras receitas, bem como a majoração de 1% sobre o faturamento) e ver suspensa a exigibilidade do crédito tributário dos valores em discussão. Com relação à discussão do aumento da alíquota das contribuições, a controlada Tietê constituiu provisão no valor de R\$ 50.264 por se tratar de obrigação legal. Em, 05 de março de 2007 houve trânsito em julgado com relação ao mérito desfavorável à controlada Tietê. Por esse motivo, os assessores legais da controlada Tietê consideram desnecessária a classificação de perda referente ao mérito. A partir disso, a controlada Tietê passou a discutir diferenças no cálculo dos valores depositados, haja vista que, segundo cálculos da controlada Tietê, os valores depositados superam o valor do débito. Em 23 de janeiro de 2009, foi publicada decisão intimando a controlada Tietê a se manifestar sobre os cálculos apresentados pela União Federal, o que foi cumprido. Em 30 de setembro de 2011, a controlada Tietê aguarda o julgamento do Agravo Regimental. A Administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, bem como considerando o trânsito em julgado da decisão, definiu que a probabilidade de reforma da decisão em desfavor da Companhia é remota, porém, em função deste processo ser referente a uma obrigação legal e que ainda permanece uma controvérsia em relação ao montante depositado, a Administração da controlada Tietê registrou uma provisão no montante de R\$50.264, no qual possui depósito judicial. A parcela da provisão correspondente à decisão do aumento da base de cálculo da COFINS, no valor de R\$11.425, foi revertida em setembro de 2007. Os depósitos judiciais correspondentes a esta parcela continuam registradas na conta “cauções e depósitos vinculados”, em razão de ainda não ter sido autorizado o seu levantamento.
- c) Em 23 de janeiro de 2003, foi obtida liminar assegurando o direito de a controlada Tietê não efetuar a compra de energia elétrica proveniente de Itaipu. Essa liminar foi cassada em 26 de junho de 2003 e restabelecida em 30 de junho de 2003. Em 1º de outubro de 2004, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar. Em 5 de outubro de 2004, a controlada Tietê protocolou um agravo regimental contestando a decisão do órgão de suspender a liminar. Com base neste agravo regimental, foi estabelecido o efeito ex nunc da decisão, ou seja, a suspensão da liminar só valeria para o futuro. Nesse sentido, os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida foram conservados para o período de janeiro de 2003 a setembro de 2004. Considerando que não há decisão definitiva desse processo, a Administração da controlada Tietê decidiu manter o saldo dessa provisão.

Notas Explicativas

- d) Existem 317 processos de ações cíveis públicas versando sobre danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a Companhia no pólo passivo. O acionamento em face da Companhia se deu em razão de grande parte das ocupações irregulares estarem situadas em áreas de preservação ambiental dentro da área de Concessão da Companhia em que seriam pressupostos necessários a sua fiscalização e preservação. O pedido principal dessas ações é a recuperação da área degradada e, caso a recuperação não seja possível, a recomposição se daria através de indenização. O prognóstico de perda para a Companhia é provável no montante individual de R\$2 para cada demanda, cujo valor total para as 317 ações perfaz a quantia estimada de R\$712. A Administração da Companhia e das controladas, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas acima referidas.
- e) A Administração da controlada Tietê, com base nos pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável. Dentre essas há um processo no qual a AES Sul questiona os termos do Despacho 288/2002 da ANEEL que regulamentou operação de venda de energia efetuada pela AES Sul, podendo a sua respectiva recontabilização repercutir na controlada Tietê, que para tanto tem provisionada a quantia de R\$33.222. Aguarda-se decisão de Primeira Instância.
- i) Em 02 de dezembro de 2008, a controlada Tietê foi intimada sobre as compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ relativos aos anos de 2001 e 2002, bem como quanto aos débitos de IRPJ de 2003 e 2004 e de CSLL de 2003, os quais não foram homologados pela Receita Federal. As razões da Receita Federal estão baseadas na incerteza quanto à existência dos créditos tributários compensados, pois, no entendimento da Receita Federal, a composição dos créditos tributários informados nos pedidos de compensação não corresponde às informações constantes dos documentos fiscais da controlada Tietê (DIPJ). A soma dos créditos tributários envolvidos nos 5 (cinco) pedidos de compensação mencionados acima perfaz o valor de R\$99.629 (em 30 de setembro de 2011). Atualmente, aguarda-se decisão dos recursos apresentados pela controlada Tietê perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF. Contudo, após análise dos assessores legais da controlada Tietê, foi apurado que apenas o montante de R\$5.263 (atualizado até 30 de setembro de 2011) representaria um risco efetivo para a controlada Tietê, sendo suas chances de perda classificadas como prováveis.

Notas Explicativas

16.2 Provisões para litígios com probabilidade de perda classificada como possível

A seguir apresentamos um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração da Companhia. A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, os quais não foram divulgadas em função de seus valores serem irrelevantes. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia.

Descrição da Contingência	Controladora	Controladora
	30.09.2011	31.12.2010
Recomposição de danos ambientais	Não determinado	Não determinado
Compensações de IRPJ e CSLL	99.629	94.910

16.2.1 Refere-se a 8 ações civis públicas através das quais se busca, mediante a concessão de medida liminar, a suspensão do processo de licenciamento ambiental da controlada Tietê, bem como sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação de seus reservatórios. Tais processos, de forma geral, requerem que a controlada Tietê realize programas de compensação ambiental, bem como apresentam valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.

16.2.2 Refere-se a 5 despachos decisórios pela Receita Federal movidos contra a controlada Tietê, não homologando compensações de tributos federais (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL) realizadas durante os anos de 2004 e 2005. Sobre referidos despachos, importante relatar:

- i) Divergências na compensação de débitos do IRPJ relativo ao ano de 2003 com créditos referentes aos anos de 2001 e 2002. Atualmente, aguarda-se o julgamento do referido recurso.
- ii) Divergências na compensação de débitos do IRPJ relativo ao ano de 2004 com créditos referentes aos anos de 2001 e 2002. Atualmente, aguarda-se o julgamento do referido recurso.
- iii) Divergências na compensação de débitos da CSLL relativo ao ano de 2003 com créditos referentes ao ano de 2002. Atualmente, aguarda-se o julgamento do referido recurso.
- iv) Divergências na compensação de débitos da CSLL relativo ao ano de 2002 com créditos referentes aos meses de maio e agosto de 2001. Atualmente, aguarda-se o julgamento do referido recurso.
- v) Divergências na compensação de débitos da CSLL relativo ao ano de 2004 com créditos referentes ao mês de outubro de 2005. Atualmente, aguarda-se o julgamento do referido recurso.

Notas Explicativas

A soma dos valores envolvidos em decorrência dos despachos acima perfaz a quantia de R\$99.629 atualizada até 30 de setembro de 2011, sendo que foi constituída provisão no montante de R\$5.263, conforme mencionado no item (f). Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia consideram a probabilidade de perda para a parcela não provisionada como possível.

Cartas de fiança e caução

Em 30 de setembro 2011, a Companhia possuía cartas de fiança para possíveis perdas contingentes e para compra de energia. As principais cartas de fiança da Companhia estão relacionadas abaixo:

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	3	7.238	1,4%
Compra de energia	8	21.879	0,75% a 1,4%
		<u>29.117</u>	

17. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, o capital social autorizado da Companhia é de R\$4.600.000, sendo R\$2.383.260 em ações ordinárias (equivalente a 194.461.211 ações ordinárias) e R\$2.216.740 em ações preferenciais (equivalente a 183.461.211 ações preferenciais). A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração independentemente de reforma estatutária, está autorizada a aumentar o capital social até o limite do capital social autorizado emitindo as ações correspondentes a cada espécie, respeitada a proporção de ações existentes. Na emissão de ações, dentro do limite autorizado será fixado: a) quantidade, espécie e classe de ações; b) preço de emissão; c) demais condições de subscrição e integralização em virtude da exigência da lei nº 6.404/76 e suas alterações.

De acordo com o parágrafo 6º do Estatuto Social os acionistas que deixarem de realizar as integralizações nas condições fixadas ficarão de pleno direito constituído em mora e sujeito ao pagamento de juros de 1% a.m., correção monetária e multa de 10%, calculado sobre os valores em atraso.

O capital social integralizado da Companhia é de R\$207.227. Em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, o capital social da Companhia estava representado por 381.253 mil ações, sendo 197.461 mil ações ordinárias e 183.792 mil ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal, respectivamente.

Notas Explicativas

As ações preferenciais não têm direito a voto e não são resgatáveis. No entanto, têm prioridade no reembolso de capital e direito a dividendos, não cumulativos, de 10% a mais do que os atribuídos às ações ordinárias e direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas de lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias, com exceção da reserva especial de ágio que será objeto de capitalização em proveito do acionista controlador - Nota nº 9 e item a seguir.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 e no exercício findo em 31 de dezembro 2010 não houve emissão ou resgate de ações.

Segue composição acionária em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

	30.09.2011		31.12.2010	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Ordinárias				
Companhia Brasileira de Energia	140.882.909	71,35	140.882.909	71,35
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás	150.534	0,08	150.534	0,08
Outros	56.427.768	28,58	56.427.768	28,58
Total Ordinárias	197.461.211	100,00	197.461.211	100,00
Preferenciais				
Companhia Brasileira de Energia	59.447.092	32,34	59.447.092	32,34
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás	30.107.688	16,38	30.107.688	16,38
Outros	94.237.502	51,27	94.237.502	51,27
Total Preferenciais	183.792.282	100,00	183.792.282	100,00

b) Reservas

	Controladora e Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010
Composição dos saldos das reservas:		
Reservas de capital:		
Reserva especial de ágio na incorporação (i)	232.547	232.547
Remuneração das imobilizações em curso – capital próprio	17.613	17.613
Outras reservas de capital	2.204	2.204
Ações e opções de ações outorgadas (ii)	1.182	1.086
	253.546	253.450
Avaliação Patrimonial:		
Ajuste de avaliação patrimonial (iii)	1.217.569	1.274.318
Reservas de lucro:		
Reserva legal	41.446	41.446

- i) A reserva especial de ágio foi gerada pelos seguintes eventos: (i) incorporação do ágio da controladora AES Gás Ltda., no montante de R\$266.740, dos quais R\$59.811 foram capitalizados, remanescendo na conta de reserva o montante de R\$206.929; e (ii) incorporação do ágio da coligada AES Tietê Participações S.A., no montante de R\$25.618, conforme deliberado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007. Essa reserva (líquida de provisão), constante do patrimônio líquido da Companhia, poderá, a critério do acionista controlador, Companhia Brasileira de Energia, ser capitalizada em seu favor à medida que o benefício fiscal seja realizado,. A Companhia Brasileira de Energia incorporou a Tietê Empreendimentos S.A. e a AES Tietê Participações S.A.

Notas Explicativas

- ii) É composta por outorga de opção de compra de ações da AES Corp. aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestam serviços à Companhia.
- iii) Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo atribuído ao ativo imobilizado): A Companhia decidiu atribuir novo custo aos saldos de seus ativos imobilizados na data-base da transição para a adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC n.ºs 15 a 40, em 1.º de janeiro de 2009. Assim, foi elaborado um laudo de avaliação do ativo imobilizado da Companhia. Na data de transição o valor desta mais valia, no montante de R\$1.437.623, foi registrado no ativo imobilizado em contra partida ao patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários os quais estão classificados como Tributos e Contribuições sociais diferidos no passivo não circulante, e serão realizados na medida da realização da respectiva mais valia, através da sua depreciação/amortização ou alienação dos bens a ela vinculados.

c) Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

O Estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76.

Em dezembro de 2010, de acordo com o disposto no parágrafo 3.º do artigo 176 da Lei 6.404/76, foi registrada a proposta da Administração da Companhia para pagamento de dividendos de R\$204.563, sendo R\$159.896 referentes ao saldo remanescente de lucro acumulados e R\$44.667 correspondente ao saldo remanescente da conta de proposta de dividendos complementares. Este valor estava classificado no patrimônio líquido sob a rubrica Proposta de distribuição de dividendos adicionais. Em 29 de abril de 2011, em Assembléia Geral Ordinária foi aprovado o pagamento desses dividendos propostos, cujo pagamento ocorreu em 17 de maio de 2011.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 foram declarados dividendos intermediários relativos ao lucro apurado no 1º trimestre de 2011, no montante de R\$ 212.296, os quais foram aprovados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de maio de 2011. Os dividendos correspondem a R\$ 0,53 por ação ordinária e R\$ 0,58 por ação preferencial e o pagamento ocorreu em 26 de maio de 2011.

Adicionalmente foram declarados dividendos intermediários relativos ao lucro apurado no 2º trimestre de 2011, no montante de R\$ 179.462, os quais foram aprovados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de agosto de 2011. Os dividendos correspondem a R\$ 0,45 por ação ordinária e R\$ 0,49 por ação preferencial e o pagamento ocorreu em 22 de setembro de 2011.

Notas Explicativas

18. Resultado por Ação

18.1 Aumento de capital com reserva especial de ágio

De acordo com o permitido na Instrução CVM nº. 319, a medida em que seja realizado o benefício fiscal da reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido da Companhia, este benefício poderá ser capitalizado em favor de sua controladora, a Brasileira, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

As ações emitidas de acordo com esta realização serão consideradas diluidoras para o cálculo do lucro por ação da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas. Em 30 de setembro de 2011, as condições para a emissão de ações de capital social relacionadas à amortização do ágio não foram atendidas, em função de estarem pendentes de aprovação pela assembleia de acionistas, conforme legislação societária brasileira e estatuto da Companhia.

Caso exercida pela controladora a emissão de 100% das ações em seu favor, o percentual de não controladores reduziria de 47,45% para 46,19%.

18.2 Demonstração do cálculo de resultado por ação

Os dados de lucro por ação são apresentados por tipo e natureza de ação. Tal apresentação está de acordo com a prática no Brasil de negociação e cotação de ações em lotes de ações.

As ações preferenciais, conforme descrito na Nota 17, têm direito a dividendos sobre o lucro 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Os valores de lucro por ação nas tabelas abaixo contemplam essa condição.

Notas Explicativas

A tabela a seguir apresenta o resultado básico por ação para o trimestre e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010:

	01.07.2011 à 30.09.2011	01.01.2011 à 30.09.2011	01.07.2010 à 30.09.2010	01.01.2010 à 30.09.2010
Numerador:				
Lucro líquido do trimestre	228.369	582.242	198.914	570.113
Denominador (em milhares de ações):				
Média ponderada do número de ações ordinárias *	197.461	197.461	197.461	197.461
Média ponderada do número de ações preferenciais *	183.792	183.792	183.792	183.792
Remuneração das ações preferenciais - 10%	1,10	1,10	1,10	1,10
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas	202.171	202.171	202.171	202.171
Denominador ajustado				
Denominador para lucro básico e diluído por ação	381.253	381.253	381.253	381.253
Denominador para lucro básico e diluído por ação ajustado	399.632	399.632	399.632	399.632
Lucro por ação				
Lucro básico por ação ordinária	0,5714	1,4569	0,4977	1,4266
Lucro básico por ação preferencial	0,6286	1,6026	0,5475	1,5693

(*) Não houve movimentação das ações ordinárias e preferenciais durante os períodos comparados

Lucro atribuível aos acionistas

Período	Ordinárias	Preferenciais	Total
01.07.2011 à 30.09.2011	112.839	115.530	228.369
01.01.2011 à 30.09.2011	287.690	294.552	582.242
01.07.2010 à 30.09.2010	98.285	100.629	198.914
01.01.2010 à 30.09.2010	281.697	288.416	570.113

Para o cálculo do lucro por ação diluído pelas ações que poderão ser emitidas através da capitalização do ágio em favor do acionista controlador (Nota 13.b.1), Companhia Brasileira de Energia (incorporadora da Tietê Empreendimentos S.A. e da AES Tietê Participações S.A.), a Administração da Companhia realizou estimativa para efeito de divulgação em 30 de setembro de 2011.

A tabela a seguir apresenta o resultado por ação diluído para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010

	01.07.2011 à 30.09.2011	01.01.2011 à 30.09.2011	01.07.2010 à 30.09.2010	01.01.2010 à 30.09.2010
Numerador:				
Lucro líquido do trimestre	228.369	582.242	198.914	570.113
Denominador com ações a serem subscritas com a reserva de ágio (em milhares de ações):				
Média ponderada do número de ações ordinárias **	203.092	203.092	203.092	203.092
Média ponderada do número de ações preferenciais **	188.562	188.562	188.562	188.562
Remuneração das ações preferenciais - 10% (D)	1,10	1,10	1,10	1,10
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas (E) = (C x D)	207.418	207.418	207.418	207.418
Denominador ajustado				
Denominador para lucro básico e diluído por ação (F) = (B + C)	391.654	391.654	391.654	391.654
Denominador para lucro básico e diluído por ação ajustado (G) = (B + D)	410.510	410.510	410.510	410.510
Lucro por ação diluído				
Lucro diluído por ação ordinária	0,5563	1,4183	0,4846	1,3888
Lucro diluído por ação preferencial	0,6119	1,5602	0,5330	1,5277

(**) Considerando as ações a serem emitidas em uma possível realização integral da reserva de ágio ao preço de mercado das ações em 30 de setembro de 2011.

Notas Explicativas

Lucro atribuível aos acionistas em uma possível realização da reserva de ágio

Período	Ordinárias	Preferenciais	Total
01.07.2011 à 30.09.2011	112.981	115.388	228.369
01.01.2011 à 30.09.2011	288.053	294.189	582.242
01.07.2010 à 30.09.2010	98.409	100.505	198.914
01.01.2010 à 30.09.2010	282.053	288.061	570.113

19. Suprimentos, Compra e Transporte de Energia Elétrica

	01.07.2011 à 30.09.2011		01.01.2011 à 30.09.2011		01.07.2010 à 30.09.2010		01.01.2010 à 30.09.2010	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Geração própria/outras:								
Contrato bilateral Eletropaulo (Nota nº 21)	3.010.625	521.576	8.044.514	1.326.243	2.924.994	466.809	8.578.151	1.326.089
Contrato bilateral outros	82.704	14.080	315.424	38.491	74.389	8.929	183.773	23.207
Energia de curto prazo	451.452	7.763	2.723.749	43.316	594.087	17.932	2.689.281	47.233
Outras Receitas	-	1	-	17	-	17	-	46
Subtotal – controladora	3.544.781	543.420	11.083.687	1.408.067	3.593.470	493.687	11.451.205	1.396.575
P&D, FNDCCT e EPE	-	(5.172)	-	(13.387)	-	(4.695)	-	(13.283)
PIS e Cofins	-	(21.058)	-	(55.977)	-	(19.524)	-	(54.922)
Total – controladora	3.544.781	517.190	11.083.687	1.338.703	3.593.470	469.468	11.451.205	1.328.370
AES Minas PCH Ltda.:								
Contrato bilateral	8.526	1.507	31.034	5.568	8.837	1.704	31.576	5.221
Energia de curto prazo	(74)	(1)	(567)	(45)	-	-	-	-
PIS e Cofins	-	(55)	-	(206)	-	-	-	-
ICMS	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	(16)	-	112	-	-	-	-
Total – consolidado	3.553.233	518.625	11.114.154	1.344.132	3.602.307	471.172	11.482.781	1.333.591
Energia elétrica comprada:								
Contratos bilaterais	217.060	25.488	471.192	56.478	220.742	17.693	395.682	38.874
Energia de curto prazo	-	-	-	-	82.814	15.907	142.166	16.378
MRE e Spot	275.072	3.334	717.111	10.030	-	-	-	-
PIS e Cofins	-	(2.085)	-	(5.789)	-	-	-	-
Outros	-	706	-	1.768	-	-	-	-
Encargos de transmissão	-	25.055	-	70.030	-	22.186	-	68.510
Encargos de conexão	-	727	-	2.053	-	663	-	1.100
Total – controladora	492.132	53.225	1.188.303	134.570	303.556	56.449	537.848	124.862
AES Minas PCH Ltda.:								
Contratos bilaterais	-	-	-	-	-	-	205	31
Energia de curto prazo	2.101	30	5.197	195	-	161	-	161
Encargos de transmissão	-	19	-	46	-	15	-	40
Encargos de conexão	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total – consolidado	494.233	53.274	1.193.500	134.811	303.556	56.625	538.053	125.094

(*) Dados não revisados pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

20. Receitas (Despesas) Financeiras

	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	01.07.2011 à 30.09.2011	01.01.2011 à 30.09.2011	01.07.2010 à 30.09.2010	01.01.2010 à 30.09.2010
Receitas Financeiras				
Aplicações financeiras e investimentos de curto prazo	12.410	40.989	17.274	42.238
Outras receitas financeiras	-	53	-	-
Furnas - processo judicial (*)	-	-	32	27.747
Total - controladora	12.410	41.042	17.306	69.985
AES Minas PCH	205	479	97	168
AES Rio PCH	29	84	12	38
Total - consolidado	12.644	41.605	17.415	70.191
Despesas Financeiras				
Juros sobre empréstimos/debêntures	(24.536)	(71.928)	(27.355)	(75.413)
Outras	(312)	(1.515)	(5.554)	(6.808)
Total - controladora	(24.848)	(73.443)	(32.909)	(82.221)
AES Minas PCH	(3)	(14)	1	(6)
AES Rio PCH	-	(101)	(2)	(2)
Total - consolidado	(24.851)	(73.558)	(32.910)	(82.229)
Variações monetárias, líquidas				
Empréstimos	-	-	-	(33.429)
Encargos de uso demais instal. de transmissão – TUSDG	(774)	(3.513)	(2.382)	(6.463)
Itaipú	(3.852)	(2.472)	1.409	617
Outros	(1.224)	(4.390)	(4.441)	9.194
Total - controladora	(5.850)	(10.375)	(5.414)	(30.081)
AES Minas PCH	30	81	-	-
Total - consolidado	(5.820)	(10.294)	(5.414)	(30.081)

- (*) Trata-se do levantamento do valor incontroverso cobrado na demanda judicial movida contra Furnas Centrais Elétricas S.A. a cujo objetivo é receber os encargos incidentes sobre o valor da energia vendida pela Companhia no mercado de curto prazo do MAE, entre o período de setembro de 1999 a julho de 2000, mediante termo de compromisso firmado entre as partes que previa o parcelamento do pagamento da energia acrescido de atualização monetária, juros de mora e multa.

Notas Explicativas

21. Partes Relacionadas

A Companhia é controlada pela Companhia Brasileira de Energia (Brasileira), a qual é controlada indiretamente pela The AES Corporation, empresa com sede nos Estados Unidos da América e listada na SEC - Securities and Exchange Commission. A Brasileira é uma sociedade por ações, de capital fechado, e tem por objeto exercer o controle das seguintes empresas operacionais além da Companhia: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Eletropaulo”), e AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. (“Uruguaiana S.A.”), mediante participação direta ou indireta no capital dessas sociedades. Adicionalmente, a Brasileira detém o controle de duas empresas de telecomunicações (Eletropaulo Telecomunicações Ltda. e AES Communications Rio de Janeiro S.A.) e uma comercializadora de energia elétrica (AES Infoenergy Ltda.). A Brasileira também detém o controle da AES Elpa S.A. que é a controladora da Eletropaulo.

Atualmente o principal cliente da Companhia é a Eletropaulo, que representa aproximadamente 94% do seu faturamento bruto.

As operações realizadas com partes relacionadas referem-se principalmente ao suprimento de energia elétrica para a Eletropaulo, conforme demonstrado a abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010
Ativo Circulante		
Contas a receber de partes relacionadas		
Eletropaulo Metropolitana:		
Contrato bilateral	233.587	181.185
	<u>233.587</u>	<u>181.185</u>
Passivo Circulante		
Contas a pagar a partes relacionadas		
Companhia Brasileira de Energia:		
Juros sobre capital próprio	-	13.189
	<u>-</u>	<u>13.189</u>
	30.09.2011	30.09.2010
Transações:		
Receita operacional bruta:		
Eletropaulo Metropolitana:		
Contrato bilateral (nota nº 19)	1.326.243	1.326.089
	<u>1.326.243</u>	<u>1.326.089</u>

Em dezembro de 2000, a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia elétrica com a empresa coligada Eletropaulo, pelo prazo de quinze anos. De acordo com esse contrato, a Companhia passou a vender a partir de 2003 para a Eletropaulo a energia correspondente à redução de 25% ao ano nas quantidades dos contratos iniciais. As quantidades de energia desse contrato a partir de janeiro de 2006 correspondem a 1.268 MW médios. Esse contrato foi homologado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O preço em 30 de setembro de 2011 é de R\$164,86 MWh (30 de setembro de 2010 - R\$154,59 por MWh).

Notas Explicativas

Remuneração da Alta Administração

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº. 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia deve divulgar a remuneração de sua alta administração. Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010, a remuneração foi conforme segue:

Descrição	01.01.2011 à	01.01.2010 à
	30.09.2011	30.09.2010
Benefícios de Curto Prazo (a)	3.856	3.803
Benefícios Pós-emprego (b)	182	170
Outros Benefícios de Longo Prazo (c)	164	237
Pagamento baseado em ações (d)	96	134
Total	4.298	4.344

A remuneração da alta administração da Companhia é determinada por um comitê de remuneração, sendo consideradas as performances individuais e as tendências de mercado.

Os valores referentes à pagamento baseado em ações são pagos pela AES Corp, não há ônus para a Companhia.

- a) Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
- b) Compostos por pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;
- c) Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas; e
- d) Compostos por opções de ações a alta administração através da outorga de instrumentos patrimoniais, concedidos pela AES Corp.

Notas Explicativas

22. Instrumentos Financeiros

22.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito através da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade na rubrica dos seguintes instrumentos financeiros:

- a) Investimentos de curto prazo - Nota nº 4;
- b) Revendedores - Nota nº 5.
- c) Contas a receber de partes relacionadas - Nota nº 21;
- d) Cauções e depósitos vinculados - Nota nº 16;
- e) Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívida - Nota nº 13;
- f) Dividendos propostos e declarados; e
- g) Fornecedores – Nota nº 12 e,

22.2 Valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia estão demonstrados a seguir:

	30.09.2011		31.12.2010	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
ATIVO				
Investimentos de curto prazo	359.330	359.330	560.932	560.932
Revendedores	22.410	22.410	20.220	20.220
Contas a receber com partes relacionadas	233.587	233.587	181.185	181.185
Cauções e depósitos vinculados	64.762	64.762	62.323	62.323
Total Ativo	680.089	680.089	824.660	824.660
PASSIVO				
Fornecedores	(74.090)	(74.090)	(125.168)	(125.168)
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos	(955.982)	(953.029)	(922.071)	(922.071)
Dividendos propostos e declarados	(3.489)	(3.489)	(28.924)	(28.924)
TOTAL NO PASSIVO	(1.033.561)	(1.030.608)	(1.076.163)	(1.076.163)

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Notas Explicativas

Técnicas de Nível II são utilizadas na mensuração de todos os investimentos de curto prazo e empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia.

	30.09.2011	Nível I	Nível II	Nível III
ATIVO				
Investimentos de curto prazo	359.330	-	359.330	-
Contas a receber serviços	22.410	-	22.410	-
Contas a receber com partes relacionadas	233.587	-	233.587	-
Cauções e depósitos vinculados	64.762	-	64.762	-
Total	680.089	-	680.089	-
PASSIVO				
Fornecedores	(74.090)	-	(74.090)	-
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos	(955.982)	-	(955.982)	-
Dividendos propostos e declarados	(3.489)	-	(3.489)	-
Total	(1.033.561)	-	(1.033.561)	-
31.12.2010				
ATIVO				
Investimentos de curto prazo	560.932	-	560.932	-
Contas a receber serviços	20.220	-	20.220	-
Contas a receber com partes relacionadas	181.185	-	181.185	-
Cauções e depósitos vinculados	62.323	-	62.323	-
Total	824.660	-	824.660	-
PASSIVO				
Fornecedores	(125.168)	-	(125.168)	-
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos	(922.071)	-	(922.071)	-
Dividendos propostos e declarados	(28.924)	-	(28.924)	-
Total	(1.076.163)	-	(1.076.163)	-

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Notas Explicativas

22.3 Instrumentos financeiros por categoria

Síntese dos instrumentos financeiros da Companhia por categoria:

Controladora			
30.09.2011			
	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total
ATIVO			
Investimentos de curto prazo		359.330	359.330
Revededores	22.410	-	22.410
Contas a receber com partes relacionadas	233.587	-	233.587
Cauções e depósitos vinculados	64.762	-	64.762
Total Ativo	320.759	359.330	680.089
PASSIVO			
Fornecedores	(74.090)	-	(74.090)
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos	(955.982)	-	(955.982)
Dividendos propostos e declarados	(3.489)	-	(3.489)
Total Passivo	(1.033.561)	-	(1.033.561)

Controladora			
31.12.2010			
	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total
ATIVO			
Investimentos de curto prazo		560.932	560.932
Revededores	20.220	-	20.220
Contas a receber com partes relacionadas	181.185	-	181.185
Cauções e depósitos vinculados	62.323	-	62.323
Total Ativo	263.728	560.932	824.660
PASSIVO			
Fornecedores	(125.168)	-	(125.168)
Empréstimos, financiamentos e encargos	(922.071)	-	(922.071)
Dividendos propostos e declarados	(28.924)	-	(28.924)
Total Passivo	(1.076.163)	-	(1.076.163)

Notas Explicativas

22.4 Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em Nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, principalmente aqueles representados por operações com derivativos.

Uma vez identificados os riscos a ser mitigados, a Companhia busca os instrumentos mais adequados para contratar o *hedge*.

Os principais fatores que deverão direcionar a decisão do instrumento a ser utilizado estão listados a seguir:

- a) Situação de liquidez da Companhia;
- b) Condição de crédito junto ao mercado financeiro;
- c) Cenário de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 30 de setembro de 2011, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 30 de setembro de 2011, foi extraída a projeção do indexador CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre o rendimento dos investimentos de curto prazo programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2011, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Indexador	Cenário I	Cenário II	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV	
Selic / CDI	5,41	8,12	10,82	13,53	16,23	
Posição em 30.09.2011						
Aplicações Financeiras (Equivalentes de Caixa)	20.466					
Aplicações Financeiras (Investimentos de Curto Prazo)	366.501					
Operação	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV
Aplicações Financeiras (Equivalentes de Caixa)	CDI	1.107	1.661	2.214	2.768	3.322
Aplicações Financeiras (Investimentos de Curto Prazo)	CDI	19.828	29.742	39.655	49.569	59.483

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 30 de setembro de 2011, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 30 de setembro de 2011, foi extraída a projeção do indexador CDI para o ano de 2011 e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Notas Explicativas

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2011. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2011, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Taxa de Juros contratual	Saldo de principal em 30.09.2011 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Ano 2011				
			Queda		Base Case	Aumento	
			de 50%	de 25%		de 25%	de 50%
CDI			5,41%	8,12%	10,82%	13,53%	16,23%
Debêntures - 1ª Emissão	CDI+1,20% a.a.	900.000	60.074	84.711	109.349	133.986	158.623

(*) Refere-se ao principal da dívida, sem considerar encargos, em R\$.

Conforme mencionado na nota nº13, as debêntures emitidas pela Companhia são de caráter público e o seu valor de face é de R\$10 por debênture, representa 100% do valor da emissão e conseqüentemente, 100% do valor contábil. A Companhia considera que o valor contábil das debêntures é o mais próximo do valor de mercado para esses títulos. Essas debêntures não são conversíveis em ações e por esse motivo são consideradas como uma transação de dívida.

22.5 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia:

As operações da Companhia compreendem a geração, a compra e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras. As vendas são efetuadas por meio dos denominados “contratos bilaterais”, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O valor da tarifa do contrato bilateral vigente é reajustado anualmente pela variação do IGP-M. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada e o somatório das quantidades vendidas por meio do contrato bilateral (faltas ou sobras) são ajustadas por meio das regras de mercado e liquidadas no mercado de curto prazo (CCEE).

22.5.1 Informações sobre liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle de liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

Notas Explicativas

22.5.2 Risco de crédito

As vendas de energia através de contratos são efetuadas (aproximadamente 94% do total da receita bruta de vendas) para sua coligada Eletropaulo e outros clientes livre (aproximadamente 6% do total da receita bruta). As vendas para a Eletropaulo estão garantidos pelos seus recebíveis, tendo a Companhia o direito de requerer o bloqueio das contas bancárias de seu cliente até a recuperação do valor total a receber. Eventuais inadimplências nos contratos de venda para os demais clientes, estão sujeitas a regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

22.5.3 Risco de preço

O preço da energia elétrica vendida para a distribuidora está, atualmente, no nível do preço determinado no contrato bilateral (preço médio em 30.09.2011 - R\$164,86 por MWh e 30.09.2010 - R\$154,59 por MWh), cujos preços estão em torno do valor normativo e têm anuência da ANEEL. A partir de 2006 toda a energia assegurada da Companhia está sendo vendida para a Eletropaulo. Esse contrato tem vencimento em 31 de dezembro de 2015 e a partir dessa data essa energia será vendida no ambiente de contratação regulado e/ou livre aos preços negociados de acordo com as condições mercado vigentes à época. Eventuais sobras ou faltas de energia em relação às quantidades determinadas nos contratos iniciais e bilaterais terão o seu preço determinado no mercado de curto prazo (CCEE).

22.5.4 Risco de taxas de juros e indexadores

O principal empréstimo da Companhia tem encargos financeiros correspondentes a juros anuais efetivos de 1,37% acima do CDI. Conseqüentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desse índice.

Notas Explicativas

22.5.5 Risco hidrológico

Risco associado à escassez de água destinada à geração de energia. O Sistema Interligado Nacional (SIN) é atendido por 85% de geração hidráulica. Para atenuar estes riscos, foi criado o MRE que é um mecanismo financeiro de compartilhamento entre as regiões do SIN dos riscos hidrológicos das usinas despachadas centralizadamente pelo ONS. É importante ressaltar que o risco é sistêmico, ou seja, haverá efetivo risco às empresas que possuem usinas hidroelétricas quando o sistema como um todo estiver em condição hidrológica desfavorável e não apenas a região onde estas usinas estão localizadas.

22.5.6 Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

22.5.7 Risco financeiros

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de instituições financeiras de primeira linha e sem estabelecimentos de limites de concentração.

22.5.8 Operações com instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

22.5.9 Gestão de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições econômicas, para possibilitar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de debêntures, entre outros instrumentos que julgar necessário. Desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

Notas Explicativas

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos	955.982	922.071	955.982	922.071
Caixa e equivalentes de caixa e investimentos	20.759	402	20.814	480
Investimentos de curto prazo	359.330	560.932	366.501	564.632
Dívida líquida	575.893	360.737	568.667	356.959
Patrimônio líquido	1.967.019	1.981.004	1.967.019	1.981.004
Patrimônio líquido e dívida líquida	29%	18%	29%	18%

A Companhia e suas controladas não possuem contratos com operações financeiras com derivativos (hedge cambial) para proteger-se da variação cambial, uma vez que não possui operações significativas em moeda estrangeira.

23. Informações por Segmento

A Administração da Companhia é responsável por revisar regularmente as informações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da Companhia. A Companhia e suas controladas são administradas como uma única operação, embora possua dez usinas e sete centrais hidrelétricas. Suas receitas operacionais decorrem substancialmente da produção de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações por segmento para analisar o desempenho da Companhia e de suas controladas.

24. Compromissos e Garantias

A Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, e contratos de conexão, cuja as tarifas são homologadas pela ANEEL.

A Companhia possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE e a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos, cuja as tarifas também são homologadas pela ANEEL.

A Companhia também possui contratos de compra de energia.

A Companhia não possui garantias e utilização de limites de crédito financeiro em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

Notas Explicativas

25. Plano de Remuneração Baseado em Ações

AES Corp concedeu opções de ações a alta administração através da outorga de instrumentos patrimoniais. Nos termos dos planos, a AES Corp pode emitir opções de compra de ações da própria AES Corp a seus colaboradores, a um preço igual a 100% do preço de mercado na data da outorga da opção. Estas opções de ações são geralmente concedidas com base em um percentual da remuneração base do colaborador. As opções de ações têm um prazo contratual de dez anos. Em todas as circunstâncias, as opções de ações concedidas pela AES Corp não dão direito ao seu detentor de liquidar a opção em dinheiro ou através de outros ativos da AES Corp.

A média ponderada do valor justo de cada concessão de opções foi estimada, na data da concessão, utilizando o modelo de precificação de opções "Black-Scholes", utilizando a média ponderada das seguintes premissas:

	2011	2010
Volatilidade esperada (%)	31	38
Rendimento esperado do dividendo anual (%)	-	-
Prazo de vida esperado das opções (anos)	6	6
Taxa de retorno livre de risco (%)	2,65	2,86

- A Companhia utiliza um modelo de valorização que é baseado na premissa de constante volatilidade para valorizar suas opções de compra de ações;
- A volatilidade implícita deriva da opção de compra de ações ordinárias da AES Corporation, as quais são negociadas no mercado ativo;
- Os preços de mercado das opções negociadas e o valor da ação são mensurados em momentos similares e em datas próximas às datas de outorga das opções de compra de ação do beneficiário;
- As opções negociadas têm preço de exercício que são próximas do preço de mercado e do preço de exercício das opções de compra ação do beneficiário;
- As datas remanescentes de maturação das opções negociadas para as quais a estimativa é baseada são de pelo menos 1 ano.

Notas Explicativas

Utilizou-se um método simplificado para definir o período esperado, o qual foi baseado na média do período original contratual e do período pro-rata de concessão (vesting period) para ações outorgadas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2010. O método foi considerado adequado em virtude da falta de informações relevantes sobre o exercício da opção. Esse método considera as seguintes características:

- As opções de ações são outorgadas ao preço de mercado na data de concessão da opção de compra de ações;
- O exercício é condicionado à execução de serviço até a data de concessão da opção de compra de ações;
- Se um colaborador encerra os serviços antes da data de concessão, extingui-se a opção de compra de ações;
- Se um colaborador encerra o serviço após a data de concessão, o colaborador possui tempo limitado para exercer a opção de compra de ação;
- A opção de compra de ações não é livre de riscos nem transferível.

Considerando as premissas acima, os valores de mercado destas opções emitidas eram em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, US\$ 4,54 e US\$ 5,08, respectivamente.

A tabela a seguir apresenta o número e média ponderada do preço de exercício e o movimento das opções de ações durante o exercício, relacionados com os instrumentos descritos acima:

	Quantidade de ações	Média ponderada do preço do exercício (US\$)
Em aberto em 31 de dezembro de 2009	48.872	20,12
Concedidas durante o exercício	-	-
Canceladas e expiradas durante o exercício	(17.028)	26,35
Exercidas durante o exercício	-	-
Em aberto em 31 de dezembro de 2010	<u>31.844</u>	<u>16,79</u>
Exercíveis em 31 de dezembro de 2010 e expectativa de ações exercíveis	<u>31.464</u>	<u>15,10</u>
Elegíveis para exercício em 31 de dezembro de 2010	<u>30.129</u>	<u>15,43</u>
Em aberto em 31 de dezembro de 2010	31.844	16,79
Concedidas durante o período	-	-
Canceladas e expiradas durante o período	(9.961)	14,44
Exercidas durante o período	(673)	8,97
Transferidas	12.098	15,10
Em aberto em 30 de setembro de 2011	<u>33.308</u>	<u>15,29</u>
Exercíveis em 30 de setembro de 2011 e expectativa de ações exercíveis	<u>33.308</u>	<u>15,29</u>
Elegíveis para exercício em 30 de setembro de 2011	<u>33.308</u>	<u>15,29</u>

Notas Explicativas

AES Corp concede também aos colaboradores um plano de remuneração de ações restritas. Estas ações restritas são geralmente concedidas com base em um percentual do salário do colaborador. Estas opções de ações restritas devem ser mantidas pelo colaborador por dois anos, após este prazo esta opção pode ser trocada por ações da AES Corp. O valor justo das ações é estimado na data de concessão, sendo o valor justo igual ao preço de fechamento das ações da AES Corp.

A tabela a seguir apresenta o número e média ponderada do preço de exercício e o movimento das opções de ações durante o exercício, relacionados com os instrumentos descritos acima:

	Quantidade de ações	Média ponderada do preço do exercício (US\$)
Em aberto em 31 de dezembro de 2009	20.612	9,51
Exercidas durante o exercício	(8.158)	11,30
Canceladas e expiradas durante o exercício	(1.651)	10,76
Concedidas durante o exercício	7.757	12,18
Em aberto em 31 de dezembro de 2010	<u>18.560</u>	<u>9,73</u>
Exercíveis em 31 de dezembro de 2010 e expectativa de ações exercíveis	<u>18.449</u>	<u>15,61</u>
Elegíveis para exercício em 31 de dezembro de 2010	<u>33.667</u>	<u>12,93</u>
Em aberto em 31 de dezembro de 2010	18.560	9,73
Concedidas durante o período	4.896	12,88
Canceladas e expiradas durante o período	(3.744)	11,54
Exercidas durante o período	(4.468)	9,16
Transferidas	(4.983)	9,30
Em aberto em 30 de setembro de 2011	<u>10.261</u>	<u>11,04</u>
Exercíveis em 30 de setembro de 2011 e expectativa de ações exercíveis	<u>25.749</u>	<u>13,02</u>
Elegíveis para exercício em 30 de setembro de 2011	<u>16.522</u>	<u>14,18</u>

A despesa reconhecida referente a serviços de funcionários recebidos durante o período está demonstrada na tabela abaixo:

	30.09.2011	30.09.2010
Despesas provenientes de transações de pagamento com base em ações	96	134

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**Imposto de Renda e Contribuição Social**

Durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e 30 de setembro de 2010, a Companhia efetuou pagamento de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 347.567 e R\$ 365.756, respectivamente.

Durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e 30 de setembro de 2010, a Companhia e suas controladas efetuaram pagamento de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 347.897 e R\$ 365.903, respectivamente.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Conselheiros e Diretores da
AES Tietê S.A.
São Paulo - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da AES Tietê S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o trimestre e período de nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar plos International Financial Reporting Standards - IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estejam adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 31 de outubro de 2011.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

José Antonio de A. Navarrete
Contador CRC-1SP198698/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da AES TIETÊ S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.998.609/0001-27, com sede na Rua Lourenço Marques, 158, 2º andar, Vila Olímpia, São Paulo – SP, em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao terceiro trimestre do exercício social de 2011.

São Paulo, 31 de outubro de 2011.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares
Diretor Presidente

Arturo Enrique Gris Lindenthaler
Diretor Vice-Presidente

Rinaldo Pecchio Junior
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
Diretor

Cibele Castro
Diretora

Sheilly Caden Contente
Diretora

Italo Tadeu Carvalho Freitas Filho
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da AES TIETÊ S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.998.609/0001-27, com sede na Rua Lourenço Marques, 158, 2º andar, Vila Olímpia, São Paulo – SP, em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao terceiro trimestre do exercício social de 2011.

São Paulo, 31 de outubro de 2011.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares
Diretor Presidente

Arturo Enrique Gris Lindenthaler
Diretor Vice-Presidente

Rinaldo Pecchio Junior
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
Diretor

Cibele Castro
Diretora

Sheilly Caden Contente
Diretora

Italo Tadeu Carvalho Freitas Filho
Diretor